

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano VIII • Número 61



Lideranças no Palácio do Planalto

Municípios cobram Temer para receber 1% do FPM

Foto: Beto Barata

Especial

Águas, flores e frutas

Circuitos oferecem muitas opções para turismo e lazer



ELEIÇÕES
2016

Eleições
Publicidade em
ano eleitoral

Espaço TCE-SP

Os cuidados
com o artigo 42

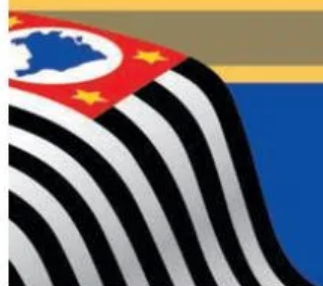


Cadastro Ambiental VOCÊ GANHA, SUA

Com o **CAR**, você tem muito mais segurança jurídica para sua posse ou propriedade rural, além de ele ser o primeiro passo para sua habilitação no **Programa de Regularização Ambiental (PRA)**, que trará diversas vantagens a você, produtor rural.

Fazendo seu cadastro, você mantém os benefícios que o Governo do Estado de São Paulo oferece:

- vantagens do Novo Código Florestal;
- financiamentos provenientes de programas governamentais.



ntal Rural (CAR) A TERRA TAMBÉM.

INFORME-SE E TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE
COMO FAZER O SEU CADASTRAMENTO.

Procure o **Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR)**
e a **Casa da Agricultura** da sua região ou cadastre-se diretamente
pelo site www.ambiente.sp.gov.br/sicar.

Organização: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Parceria: sindicatos, associações e cooperativas.





Sumário

04 Diretoria

Gestão 2013/2016

05 Editorial

Presidente Carlos Cruz

06 Entrevista

Falta luz no túnel

Dr. Paulo Ziulkoski

08 Giro Municipal

Carlos Cruz

10 Matéria da Capa

Temer recebe municipalistas,
mas não libera verba esperada

12 Eleições 2016

Agentes públicos e o
período eleitoral

13 Publicidade em ano eleitoral

Uma preocupação a mais

14 Instituto de Engenharia

Há 100 anos vivendo a
engenharia brasileira

16 Espaço IPT

Planejamento urbano e
mapeamento de ruído

18 Espaço IBGE

Os incentivos à atividade
econômica nos municípios

20 Espaço TCE-SP

Será o 42? - Parte 1

24 Especial

Águas, flores e frutas
Circuitos oferecem muitas
opções para turismo e lazer

54 Municípios Aniversariantes

Junho e Julho

58 Dia-a-dia

Uma história de paixão
Antonio Contente

PRESIDENTE DA APM

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

3º Vice - Presidente

JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI

Prefeito de Bertoga - (1993 a 1996 - 2009 a 2012 e 2013 a 2016)

4º Vice - Presidente

BELKIS GONÇALVES S. FERNANDES

Prefeita de Ourinhos (2013 a 2016)

SECRETÁRIO GERAL

JOSÉ LUIZ RODRIGUES

Prefeito de Aparecida - (2001 a 2008)

2º Secretário

SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos - (1972 a 1996)

3º Secretário

ANTONIO CESAR SIMÃO

Prefeito de Itapuí - (1993 a 1996)

TESOUREIRO GERAL

JOÃO EMÍLIO BUZZO

Prefeito de Mendonça - (1989 a 1992 e 1997 a 2000)

3º Tesoureiro

MARIA ANTONIETA DE BRITO

Prefeita de Guarujá - (2009 a 2012 e 2013 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

FLÁVIO CALLEGARI

Prefeito de Atibaia (1993 a 1996)

CONSELHO FISCAL

SILAS BORTOLOSSO

Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

CONSELHO DELIBERATIVO

MARILENE MARIOTTONI

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

LUIZ SOUTO MADUREIRA

Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

Luta municipalista

Neste início de segundo semestre do ano, sabemos que todas as atenções, energia e ações estão voltadas para o processo eleitoral nos municípios. No início de junho, o nosso Presidente Marcos Monti, por força de Lei, renunciou a fim de disputar a reeleição em São Manoel, cabendo a mim, a honra de comandar nossa APM até o final do ano.

Aproveitando este período de calma em nossa atividade, estamos arquitetando implantar a APM Serviços, com uma série de programas, ações e atividades, que irão plugar nossa entidade às exigências do futuro e oferecer aos nossos associados uma gama de serviços que os auxiliarão, e muito, em suas administrações.

Na próxima edição, estaremos apresentando essas ideias e propósitos com maiores detalhes aos nossos associados.

A luta municipalista, porém, continua, e nesse sentido, o Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios se reuniu em Florianópolis para a elaboração de pauta para uma reunião solicitada junto à Presidência da República.

Elaboramos extenso documento de reivindicações, consideradas prioritárias, destacando-se a exigência do cumprimento legal do índice de 1% do repasse do FPM, e a repactuação federativa, tão defendida pelo Presidente. Em audiência prévia, o Ministro



Carlos Alberto Cruz Filho
Presidente da APM

Eliseu Padilha prometeu o repasse de 1% após ter a garantia, segundo suas palavras, dos Ministros Henrique Meireles, Dyogo Oliveira e do Presidente Michel Temer. Vale enfatizar que entre uma audiência e outra, foi liberado o depósito do FPM aos municípios, no valor de R\$ 2,7 bilhões, equivalente ao índice de 0,75%, faltando os 0,25%, correspondente ao valor de R\$ 700 milhões que completariam o 1%, indispensáveis não só pelo aspecto legal e constitucional, como financeiro para os municípios. Na sequência, fomos recebidos no Palácio da Alvorada pelo Presidente e seus Ministros da Economia, Planejamento, Casa Civil e de Governo, e o que se seguiu, está amplamente reportado nesta edição, dando conta de que os Municípios têm um longo caminho a percorrer, para serem respeitados pelo Governo Federal, e terem seus direitos reconhecidos como entes federativos.

REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO

JUNHO/JULHO 2016

**EDITOR E JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Flávio Lamas

REPORTAGENS

Cláudia Carnevalli

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Pereira

Caio Raucci

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora

www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:

(11) 2165-9999

apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775

ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

Falta luz no túnel

**Paulo Ziulkoski,
Presidente da Confederação Nacional dos Municípios**

Se os municípios olharem para o túnel esperando uma luz, verão hoje apenas um cenário de escuridão.

Quem diz isso é alguém que entende como poucos do assunto: o advogado Paulo Ziulkoski, ex-prefeito de Mariana Pimentel, no Rio Grande do Sul e presidente da Confederação Nacional dos Municípios, a maior entidade municipalista da América Latina.

Ele é hoje uma das principais lideranças do setor no país e referência quando se trata da luta pela valorização municipal como alternativa para enfrentar a crise brasileira.

“Sem valorizar os municípios, que futuro pode ter nossa nação?”, pergunta Ziulkoski, com a experiência de pelo menos três décadas lutando pela consolidação do movimento e fortalecimento da autonomia municipal.

Ao longo dos anos, ele conseguiu transformar a CNM em uma entidade referência mundial na representação municipal. Não é um trabalho fácil, mesmo para um ex-prefeito eleito e reeleito e que deixou a chefia do Executivo com 90% de aprovação pela população.

Paulo Ziulkoski é o entrevistado especial desta edição, em que aborda principalmente a repactuação federativa e a relação do governo federal com os municípios.



APM – Presidente Ziulkoski, qual é a situação hoje dos municípios brasileiros?

Paulo Ziulkoski - O quadro é grave. Talvez o mais grave da nossa história. O cenário econômico nacional de recessão está causando impacto direto na gestão financeira municipal e se agrava mais ainda com as desonerações promovidas pelo governo federal. Foram R\$ 122,7 bilhões a menos no FPM [Fundo de Participação dos Municípios] de 2008 a 2014. Esse montante é fruto de desonerações nos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializado (IR e IPI). Além de ter de lidar com desemprego e contingenciamento de R\$ 21 bilhões no orçamento, os prefeitos também sofrem com o aumento de tarifas de insumos essenciais para o funcionamento das prefeituras. E cito alguns exemplos: a água teve crescimento de 16,64%; a luz aumentou 50,48%; e o combustível sofreu reajuste de 18, 61%. É praticamente impossível administrar desse jeito.

APM – Além disso, há também o impacto dos programas federais e já está comprovado que o que entra nos cofres públicos de retorno do governo federal é insuficiente para cobrir as necessidades dos municípios.

Paulo Ziulkoski – Exatamente isso. A situação dos Municípios brasileiros fica ainda mais dramática quando falamos do subfinanciamento dos programas federais. O repasse para os municípios é de R\$ 0,30 para a merenda, quando na verdade os gastos chegam a uma média de R\$ 2,50. É uma defasagem muito grande. A realidade se aplica também para custeio da equipe do programa Estratégia Saúde na Família (PSF) e com

o transporte escolar. Neste último caso, o custo médio da oferta de transporte é de R\$ 114,00, e o governo repassa aos Municípios somente R\$ 12,00 mensais. São 393 programas e todos eles subfinanciados.

APM – O senhor disse recentemente em uma palestra que não vê luz no túnel quando se trata das relações entre o governo federal e os municípios. É um quadro de desânimo sem perspectiva de mudança?

Paulo Ziulkoski – A situação de crise financeira por que passam os municípios brasileiros é alarmante. Chegamos a um ponto de completa insuficiência de recursos para prestar os serviços públicos a sociedade. A partir da Constituição de 1988 ocorreu uma imensa quantidade de competências que foram repassadas a nós, mas o dinheiro não veio nesta mesma proporção. Continuamos com os recursos concentrados nas mãos da União. Nosso embate é diário, a CNM se mantém sempre vigilante e atuante buscando aumentar a participação dos municípios no bolo tributário para fazer frente a estas responsabilidades. Mas a luta é desigual, porque infelizmente o Congresso Nacional e o Governo Federal esquecem dos municípios na hora da aprovação das leis e da criação das políticas públicas, nos impondo somente os ônus da execução.

APM – Um número preocupante apresentado pelo senhor mostra que dos impostos federais arrecadados nos municípios, apenas 8,3% retornam para as cidades. Isso é fruto de um conceito federativo que exige uma repactuação e redistribuição tanto de competências como de valo-

res a serem destinados às cidades?

Paulo Ziulkoski – Este é conceito de receita disponível, ou seja, após a arrecadação dos impostos pelos três entes (União, Estados e Municípios) e suas redistribuições, os 5.568 municípios brasileiros, rateiam entre si, entre 18% a 20% do total. Isso é muito pouco para fazer frente a tudo o que o Município tem que dar conta. É o reflexo da forma como nossa República foi constituída, de cima para baixo, com uma enorme concentração de recursos nas mãos do poder central que está longe da população que vive nas cidades e delas demandam.

APM – Presidente Ziulkoski, a falta de saúde, segurança, transporte, cultura etc, é uma marca na maioria dos municípios brasileiros. Mas o ônus da solução fica para os prefeitos e vereadores, enquanto que o dinheiro necessário para isso permanece com estados e federação. Não parece um julgamento muito justo para com quem foi eleito, não é?

Paulo Ziulkoski – Essa é nossa luta constante. Lutamos para que todos saibam disso, levamos informação para que a sociedade tenha plena consciência de como são arrecadados os impostos, e como eles são distribuídos, para que os nossos gestores municipais não sejam sempre vistos como os vilões. Afinal, a figura do estado só é vista no Município, é lá que os cidadãos querem o melhor transporte, a melhor saúde, a melhor escola, o melhor saneamento, e muitas outras coisas. É no município que as pessoas encontram e cobram do prefeito(a) a solução destas demandas, mas infelizmente não há recursos suficientes para isso tudo.

GIR MUNICIPAL



A legislação eleitoral mostrou, este ano, um certo viés exagerado de rigor ao proibir notícias de prefeitos e vereadores nos sites e redes sociais nestes meses que antecedem o pleito de outubro. Se por um lado havia o risco do uso indevido, como propaganda – o que seria desleal para com os candidatos sem mandato – acontece agora algo talvez pior: o impedimento total da população saber o que seus governantes estão fazendo, dentro do período para o qual foram eleitos para realizar.

Oras, um prefeito eleito por quatro anos tem o direito de divulgar o que está fazendo neste período. Limitar e proibir a divulgação total não parece democrático. Regras poderiam ser estabelecidas e fiscalizadas. Exageros merecem punição, mas simplesmente proibir não é o caminho mais acertado.

São José do Rio Preto

Via Rápida é incentivada

O Via Rápida, Programa do Governo do Estado, oferece cursos profissionalizantes de curta duração para a região de São José do Rio Preto. As aulas têm duração de um a três meses. Além do material didático, os alunos matriculados receberão auxílio financeiro de R\$ 100 para alimentação e de R\$ 150 para o transporte. Desempregados, sem seguro-desemprego ou benefício previdenciário também terão direito à bolsa-auxílio mensal de R\$ 210.

Sete Barras

Ampliada a coleta seletiva

O A Prefeitura de Sete Barras está incentivando os moradores a aderirem cada vez mais ao programa de coleta seletiva, o que cria novas fontes de rendas e, além disso, também evita descarte de produtos e materiais que ainda podem ser aproveitados ou reciclados. Coleta seletiva faz bem não só para a cidade, como também para o planeta. Sete Barras, com isso, está dando exemplo e evitando a ampliação de aterros e lixões com muita coisa que pode ser aproveitada.

Guaíra

Campanha contra violência

Guaíra está desenvolvendo até março de 2017 a Campanha Contra as Violências. O símbolo é uma flor, como lembrança dos desenhos da primeira infância, além de associar a fragilidade de uma flor com a de uma criança. O slogan Faça Bonito – Proteja Nossas Crianças e Adolescentes quer chamar a sociedade para assumir a responsabilidade de prevenir e enfrentar o problema da violência sexual praticada contra crianças, adolescentes e mulheres.

Embu das Artes

Das aulas à prática

Estudantes visitaram o Espaço Virada Eco, em Embu das Artes, para observar, na prática, as informações socioambientais que receberam em sala de aula. Eles desenvolveram atividades de trilha, oficina de reciclagem e compostagem e análise da qualidade de água. Receberam, ainda, informações sobre a importância da mata ciliar para compor os rios e represas, essenciais para a manutenção da vida.

Piracicaba

Sotaque vai para novela

O dialeto conhecido nacionalmente, o “caipiracicabano” foi utilizado como inspiração para o modo de falar dos personagens da novela *Êta Mundo Bom*, exibida na Rede Globo. Em processos de legitimação como patrimônio público imaterial organizado pelo Codepac (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba), a linguagem municipal ganhou um novo olhar após ser utilizada no estudo cênico da dramaturgia por meio do Dicionário do Dialeto Caipiracicabano, escrito pelo jornalista Cecílio Elias Netto. A obra ganhará uma nova edição no segundo semestre deste ano. O trabalho de mais de 30 anos com o livro e a coluna Arco, Tarco, Verva, de onde ele surgiu, é, segundo o autor, um marco para defender a cultura interiorana vista na figura do caipira à beira do rio com os peixes.

Tupi Paulista

Onça ataca

Um sítio localizado no bairro Santa Amélia, na zona rural de Tupi Paulista, foi alvo de um ataque de suçuarana, também chamada de onça-parda. O felino matou animais que estavam em um viveiro da propriedade rural. Quem flagrou a presença da onça-parda foi um sobrinho da proprietária do Sítio Primavera, Irene Rorato Chiari, que ainda registrou em fotos o animal na área. “Nunca tínhamos visto isso no local. Eram meus animais de estimação. Não eram para vender nem para comer. Estou com medo de voltar para o sítio”. Segundo ela, que mora na zona urbana de Tupi Paulista, a sete quilômetros de distância do sítio, a suçuarana rasgou a tela de arame que cercava o viveiro para chegar até as aves. “A onça-parda não era arisca, estava bem alimentada e saiu bem tranquila”, salientou Irene.



Colina

Doação ao HC

Promovido pelo Departamento de Vôlei da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer de Colina, com o apoio do Grupo da 3ª Idade “Amigos para Sempre” e comércio local, o Projeto “Ação entre Amigos”, realizado nas dependências do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais arrecadou 800 litros de leite, entregues ao Hospital de Câncer de Barretos. O evento cumpriu seus propósitos; de lazer, reunindo as famílias num ambiente agradável, e social, com uma excelente arrecadação de leite. É um exemplo que merece elogios.

Paranapanema

Colheita prejudicada

Devido à instabilidade climática na região de Paranapanema, a colheita de algodão ficou prejudicada por conta da variação de temperatura neste primeiro semestre, além das chuvas constantes. De acordo com agrônomos, a qualidade do produto e a colheita foram afetadas. Em Paranapanema, 15 produtores rurais plantam algodão e fazem parte da cooperativa da classe. Estima-se que a produção diminuiu este ano, mas há uma previsão que a produtividade aumente nos próximos anos.

Salesópolis

Calendário Cultural

A Estância Turística de Salesópolis criou um Calendário Cultural e Turístico permanente, prevendo atividades todos os meses, principalmente de cunho religioso. É nessa Estância que nasce o rio Tietê, um dos mais importantes do Estado de São Paulo e, por estar em uma Área de Proteção de Mananciais (APM), novas construções são permitidas apenas com autorização do Departamento Municipal de Meio Ambiente.

Leme

Herói homenageado

A Prefeitura de Leme homenageou o herói brasileiro e lemeno Newton Sizenando Prado, com solenidade defronte ao jazigo onde está enterrado, na Praça Rui Barbosa, com a participação de autoridades civis e militares, atiradores do TG 02-074 e educadores da Rede Municipal. Newton Prado tornou-se conhecido pela Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, quando, no dia 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, foi um dos 18 homens que enfrentou 4.000 soldados do governo. Após a sangrenta batalha, Newton Prado foi levado ao hospital, mas não se recuperou e faleceu no dia 12 de julho de 1922.

Itupeva

Muitas atividades esportivas

A Prefeitura de Itupeva está incentivando os moradores a praticarem atividades esportivas e, para isso, criou um programa especial para o mês de junho, centralizando o máximo de opções no ginásio municipal.

Luiziânia

Instalado o Banco do Povo

Foi inaugurado em Luizânia o Banco do Povo Paulista. Na ocasião, foi assinado o convênio entre a Prefeitura e a Secretaria Estadual de Relações de Trabalho. O Banco do Povo Paulista visa estimular o crescimento do empreendedorismo local, mediante ajuda financeira através de empréstimos, com baixos índices de juros e diminuição da burocracia. Para maiores informações o interessado deverá se dirigir à Praça Santos Dumont.

Capão Bonito

Campanha arrecada lacres

O Projeto Guri, programa mantido pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, promoveu em junho uma cerimônia especial com os alunos de canto coral do Polo Capão Bonito, no Lar São Vicente de Paula. Os alunos do polo juntaram 80 quilos de lacres de alumínio e trocaram por uma cadeira de rodas.

Itatiba

Enchentes: rede de alerta

A Associação Industrial e Comercial de Itatiba (Aicita) foi sede de reunião para tratar sobre a formação da Rede de Alerta contra enchentes. O objetivo é que estabelecimentos e moradias passem por um treinamento envolvendo a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros a fim de receberem orientações sobre como agir no momento de repassar informações de modo correto com credibilidade.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

Temer recebe municipalistas, mas não libera verba esperada

Lideranças municipalistas de todo o país saíram frustradas do primeiro encontro oficial com o presidente interino Michel Temer, dia 13 de julho, no Palácio do Planalto, em Brasília: esperavam o cumprimento de Emenda Constitucional que garante 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que já estava prometido pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, mas receberam 0,75% - na prática R\$ 700 milhões a menos.

“Não dá para ficar dando golpe nos municípios, como foi dado no ano passado”, reagiu o vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi. Também o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, comentou sobre o encontro: “Esperávamos que o presidente Temer aproveitasse a oportunidade e abrisse uma nova etapa no relacionamento do governo federal com os municípios, começando por garantir o que é de direito”.

Para as lideranças municipalistas, a oportunidade era para a dis-



Presidente Temer recebeu a pauta de reivindicações das mãos do vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios

cussão de uma pauta mais avançada para corrigir problemas nas relações entre União e Municípios.

No encontro, sob a liderança da Confederação Nacional dos Municípios, o presidente Temer acabou não confirmando o que seu ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, já havia anunciado uma semana antes, o cumprimento da Emenda Constitucional, do repasse de 1% do FPM.

Também não foi bem recebida a visão mostrada pelo presidente Temer sobre a razão, nas suas próprias palavras, daquela “reunião de trabalho”. Disse ele: “A situação econômica do país talvez não permitisse o que estamos liberando hoje, mas a nossa convicção doutrinária e ideológica nos leva a fazer essa liberação”, acrescentando que esperava ver os prefeitos “saírem comemorando”.

Temer recebeu os diretores da

CNM e presidentes de 15 entidades estaduais acompanhado dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo Oliveira, da Casa Civil, Eliseu Padilha e o secretário de Governo, Geddel Vieira Lima, além de deputados e senadores.

“Espero que o presidente Michel Temer e sua equipe econômica revejam essa situação”, disse o vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, após receber a notícia do pagamento incompleto. O valor correto seria de 3,4 bilhões de reais e não R\$ 2,7 bilhões. “Vai acabar perdendo o crédito com os prefeitos que ainda não construiu”, acrescentou. Segundo ele, 70% dos municípios “não vão fechar as contas” este ano.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ainda tentou justificar a diferença de 0,25% do FPM: “O nosso maior desafio no momento é recuperar a economia do país. Nós sabemos que com a arrecada-



Carlos Cruz, presidente da APM e o presidente interino, Michel Temer

ção caindo a consequência é direta nos Municípios. Recuperar a atividade econômica é o ponto que temos que chegar para que os Municípios passem a arrecadar mais e possam resolver suas questões de forma definitiva”, disse.

O presidente da APM, Carlos Cruz, explica que o problema está exatamente neste ponto. “Não estamos falando de 1% sobre uma receita fictícia, que tenha sofrido com a crise brasileira. O que é de direito dos municípios é 1% do que foi arrecadado, do que de fato entrou nos cofres. Da forma como foi colocado pelo governo, fica parecendo que estamos querendo o que não temos direito”, explica o líder municipalista paulista.

O presidente Temer, abordando outro tema da pauta, o pacto federativo, reafirmou sua intenção de tratar futuramente deste assunto: “Nós precisamos fazer a revisão do pacto federativo para que daqui a alguns anos os senhores não precisem vir a Brasília com o ‘pires na mão’. A ideia não é só descentralizar competência, mas sim descentralizar recursos”.

O primeiro passo para iniciar uma repactuação federativa poderia ter sido a aplicação integral da Emenda Constitucional em vigor, pagando o 1% reivindicado pelos municípios. Este assunto já estava decidido com o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que

Pauta pendente envolve questões fundamentais

As lideranças municipalistas esperavam ter superado a questão de repasse do FPM para discutir outros temas importantes, como a atualização da Lei Complementar do Imposto Sobre Serviços (ISS) 116/2003. O texto, que favorece as prefeituras, altera a forma de recolhimento do ISS sobre as operações com cartões de crédito ou débito para o local do tomador.

Outra reivindicação dos gestores é o encontro de contas das dívidas previdenciárias para evitar o abatimento dessas dívidas no FPM e para que a União quite débitos de previdência com as prefeituras. “Em 2009, a dívida era de R\$ 24 bilhões e saltou, em 2011, para R\$ 62 bilhões. Desde então, a CNM não consegue mais mensurar o montante da dívida, mas acredita que, atualmente, deve estar acima dos R\$ 100 bilhões”, indicou a entidade na carta divulgada mês passado.

Também faz parte da pauta municipalista a discussão de uma instrução normativa da Receita Federal do

Brasil (RFB) que mudou o entendimento sobre o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos prestadores de serviço. A publicação diz que esses recursos agora devem ser repassados à União, deixando de ser receita própria dos Municípios. Além disso, a portaria ainda prevê que as administrações municipais devolvam o recolhimento retroativo de cinco anos.

Há anos na pauta do movimento municipalista, o reajuste dos valores repassados pelo governo para a execução dos programas federais, geridos pelos Municípios, se mantém entre as reivindicações urgentes. Como explica a CNM, existem mais de 300 programas sem reajuste há mais de quatro anos.

Ainda sobre o tema, as lideranças municipalistas esperam postura da presidência da República para evitar os sistemáticos atrasos nos repasses, principalmente das políticas públicas das áreas de saúde, educação e assistência social.

havia se comprometido com o pagamento do 1% do FPM, segundo suas próprias palavras, depois de consultar os ministros da área econômica e até o presidente da

República. Estava tudo acertado. Porém, dia 8 de julho, o valor pago foram os mesmos 0,75% -- R\$ 2,7 bilhões e não os R\$ 3,4 bilhões referentes ao 1% esperado.

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
Repasses do Governo aos Municípios.



Agentes públicos e o período eleitoral

Obrigações legais para o cumprimento do artigo 73 da Lei 9.504/97

No mês de outubro, eleitores dos mais de cinco mil municípios no Brasil vão às urnas para escolher prefeitos e vereadores. Para profissionais da administração pública, no entanto, existem obrigações legais que devem ser seguidas para não descumprir as determinações do artigo 73 da Lei 9.504/97. É importante estar atento, pois algumas das normas para os agentes públicos, servidores ou não, devem ser respeitadas três meses antes da eleição. As orientações inseridas neste texto foram elaboradas pelo Departamento de Inteligência do escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados, sob a coordenação do diretor jurídico e professor José Amado de Faria Souza.

De acordo com a legislação, no inciso VI, a três meses da eleição nenhum agente público pode realizar pronunciamento em cadeia de Rádio e TV fora do horário eleitoral gratuito. Se necessário, cabe à Justiça Eleitoral a permissão. Transferências voluntárias de recursos da União aos Estados e Municípios ou de Estados aos Municípios são vetadas, a menos que os recursos estejam comprometidos, por meio de cronograma aprovado, para execução de obras ou serviços ou em caráter de urgência ou calamidade pública. Também no período é proibida a veiculação de propaganda institucional governamental de obras e realizações, permitida apenas em caso urgente de necessidade pública pela Justiça Eleitoral.

Durante o período de campanha, são muitas as condutas vetadas aos agentes públicos. Os incisos I a IV



Dr. José Amado de Faria Souza

exemplificam a respeito da participação do servidor e da cessão ou utilização de bens ou serviços públicos para candidatos, partidos políticos ou coligação. Por exemplo, o funcionário pertencente ao quadro de servidores não pode realizar trabalhos ligados às campanhas eleitorais durante o expediente normal da atividade profissional, a menos que esteja licenciado. Também são vetadas a cessão e o uso de materiais ou serviços custeados pelo governo, incluindo os de caráter social, mantidos ou subsidiados pelo poder público.

Ainda pré-eleição, o artigo 73 no inciso VII, determina que o valor gasto em publicidade no primeiro semestre do ano eleitoral em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais não deve exceder a média de gasto no primeiro semestre dos três últimos anos antes do pleito. Já o inciso VIII veda a revisão geral de remuneração de agentes públicos que exceda a recomposição da perda do poder aquisitivo. Neste caso, nomeiam-se como servidores todos aqueles que exerçam atividade na administração pública, independentemente do tipo de relação ao qual foi submetido: nomeação, eleição, designação, contratação, mandato

ou demais formas de investidura e vínculo.

Por fim, o inciso V esboça que não deverá haver contratações ou demissões de agentes públicos três meses antes da posse dos candidatos eleitos no pleito. Cabe mencionar que serão vetados vários tipos de vínculos, sejam nomeações ou contratações, bem como as demissões sem justa causa ou, porventura, tentativas de impedir o exercício da atividade funcional, entre outros, sob a pena de nulidade de plenos direitos. Nestes casos, haverá ressalva quanto à necessidade ou qualificação profissional. Por exemplo, profissionais de cargos de confiança poderão ser nomeados ou exonerados.

Existem, também, outras atividades profissionais condizentes às ressalvas do inciso V e que poderão ser admitidas. Como ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, aos Tribunais ou Conselho de Contas ou aos órgãos da Presidência da República, além dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo. Caso se faça necessário e com prévia e expressa autorização do Poder Executivo, a legislação permite a contratação ou nomeação de pessoal destinado aos serviços públicos essenciais e a transferência, por dever do cargo, de policiais civis e militares e de agentes penitenciários.

Dr. José Amado de Faria Souza é Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (3ª Câmara Criminal) e, atualmente, exerce os cargos de sócio diretor e de diretor do Departamento de Inteligência do Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados. Doutor em Direito Penal, é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Filosofia do Direito. Atuou também na Promotoria Pública do Estado de São Paulo nas cidades de Bragança Paulista, Serra Negra, Jaboticabal e Auriflama.

Publicidade em ano eleitoral: uma preocupação a mais

Nesse ano de eleição, é preciso muita atenção e muito cuidado por parte dos Prefeitos e Vereadores na prática de condutas no exercício da função pública, pois a Lei Eleitoral (Lei Federal nº 9.504/ 1997) lhes impõe uma série de limitações.

A partir de 02 de julho, fica vedada a divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas públicas ainda que tenham o intuito de orientar, educar e informar à população.

É a chamada publicidade institucional, que não pode ser feita nesse período em razão da proximidade das eleições municipais.

Essa medida se justifica uma vez que os agentes públicos estão em condição especial em relação aos demais eventuais candidatos em campanhas em razão da sua maior projeção por força do desempenho de suas atividades.

Mas não se pode permitir qualquer ofensa à igualdade de oportunidade entre aqueles que disputam as eleições. Por essa razão, a Lei Eleitoral veda a realização da publicidade institucional a partir de 02 de julho, a fim de que não se confira aos agentes públicos destaque maior em detrimento dos demais candidatos.

Entram nesse conceito de publicidade institucional as logomarcas e os slogans, que são criados pelos Municípios para identificar uma certa gestão. Também estão incluídas as placas identificadoras de obras públicas e com o conteúdo promocional dos agentes envolvidos, a distribuição de



Por Isabela Giglio

calendários com menção às realizações do Governo etc.

Evidentemente, a publicidade legal, que se refere à publicação de leis, editais, atos de aposentadoria, nomeação ou exoneração de servidores públicos pode continuar sendo realizadas, até mesmo a fim de prestigiar o princípio da continuidade administrativa.

Também pode ser realizada a publicidade de utilidade pública, que se destina a divulgar temas de interesse social, como uma campanha de vacinação, campanha contra a dengue etc.

O que a Lei veda é a veiculação de informações que visem prestar contas de atos, obras, programas, serviços, metas e resultados das ações do Poder Público, ainda que não tenham propósito eleitoral.

E atenção: a jurisprudência entende que é desnecessária a existência de provas de que o agente público tenha autorizado a publicidade institucional divulgada no

período vedado, ou que a publicidade contenha menção ao agente público ou à eleição, bastando que tenha sido veiculada nos três meses anteriores ao pleito. Essa conduta, por si só, já pode acarretar a imposição de penalidades.

Um outro aspecto que merece cuidado reside no montante de gastos com publicidade no ano eleitoral.

Neste ano de 2016, a Administração Municipal não poderá, no primeiro semestre (período de 1º de janeiro até 30 de junho), superar a média de gastos com publicidade dos primeiros trimestres de 2013, 2014 e 2015.

Integram esse cômputo apenas as despesas que foram efetivamente executadas (isto é, decorrentes de liquidação) a título de publicidade institucional, estando fora desse limite as despesas com publicidade legal e com publicidade de utilidade pública, em alguns casos.

As penalidades cabíveis são severas: suspensão imediata da conduta, multa, no valor de 5 a 100.000 UFIR (ou seja, de R\$ 5.320,50 a R\$ 106.410,00 no ano de 2016), cassação do registro ou do diploma, entre outras.

Por isso, todo cuidado é pouco!

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e coautora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela@conam.com.br).



100 anos vivendo a engenharia brasileira



Sede do Instituto de Engenharia, no bairro de Vila Mariana - São Paulo

Idealizado, em 1916, pelos engenheiros Francisco Pereira Macambira, Antonio Francisco de Paula Souza, João Pedro da Veiga Miranda e Rodolpho Baptista de S. Thiago em reunião na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o Instituto de Engenharia, chegará, no próximo dia 13 de outubro, ao seu centenário.

A história teve início em 1911, quando três projetos polêmicos foram mostrados ao Barão de Duprat, recém-empossado na prefeitura de São Paulo, e ele chamou um arquiteto francês para executá-lo, o que indignou os representantes nacionais da categoria.

Os projetos para a nação brasileira surgiam a cada dia e para

empreendê-los, os engenheiros precisavam estar organizados. Foi então que em julho de 1916, esse grupo de engenheiros se reuniu e fez um abaixo-assinado com o objetivo de fundar uma associação na capital paulista. Em outubro, a diretoria provisória foi formada e, na sequência, foi eleito o primeiro presidente, o professor Francisco de Paula Souza.

O caminho começou a ser trilhado em sua primeira sede, no Largo da Sé, no centro de São Paulo, com o propósito de defender os direitos da categoria e os interesses da classe e propiciar a cooperação profissional e o posicionamento frente a questões nacionais.

Essas diretrizes vêm sendo seguidas ao longo desses 100 anos com ações importantes realizadas pelo Instituto, como a execução do primeiro Plano Diretor da cidade de São Paulo, a participação na Revolução Constitucionalista de 32 – ocasião em que o Instituto fez as inscrições de voluntários para a Comissão Inspetora das Delegacias Técnicas (737 engenheiros e 367 profissionais de outras áreas aderiram à luta) –, e as criações da COSIPA, da Escola de Engenharia Mauá e do Proálcool. Diversas publicações técnicas e Normas também foram criadas pelo Instituto de Engenharia.

Atualmente, em sua sede no bairro de Vila Mariana, o Instituto

de Engenharia mantém seus trabalhos com um forte corpo técnico formado por 10 Departamentos que englobam 28 Divisões Técnicas voltadas para diversas áreas da engenharia. Esses profissionais realizam palestras, seminários, mesas redondas, workshops e cursos de aprimoramento profissional e discussões sobre questões-chave para o desenvolvimento da infraestrutura paulista e nacional, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Desde sua fundação, são solicitados estudos, pareceres, visitas técnicas, conferências, projetos e atendimento aos governos, assim como parcerias de cooperação técnica. Uma das mais recentes foi com a Associação Paulista de Municípios (APM), cuja primeira atividade está prevista para agosto.

Em reconhecimento

Desde 1963, o Instituto de Engenharia concede o título de Eminent Engenheiro do Ano, em reconhecimento aos profissionais de destacada atuação no meio e/ou que tenham uma carreira marcada por contínuas contribuições para a elevação e para o aprimoramento da Engenharia.

Na mesma ocasião da entrega do Título, o Instituto de Engenharia também concede o Prêmio de Melhor Trabalho Técnico do Ano, reconhecimento da Casa, por meio da vice-presidência de Atividades Técnicas, aos profissionais que se destacaram pelos seus estudos e pareceres técnicos.

Mais 100 anos pela frente

De olho no futuro, o Instituto de Engenharia mantém parcerias com diversas escolas de Engenharia, não só do estado de São Paulo, mas de outros estados. O objetivo é trazer os jovens engenheiros



Acampamento dos Engenheiros

Acampamento dos Engenheiros

Para proporcionar lazer e interação entre seus associados, o Instituto de Engenharia possui uma área de 25 alqueires, com 502.000 m² de área total e 6.280 m² de área construída, às margens da Represa Billings, no ABC Paulista.

Idealizado em 1930, como Acampamento dos Engenheiros, atualmente o espaço possui campos de futebol, quadras de tênis, poliesportiva e de futebol de salão, piscinas, hípica com baia e picadeiros, trilhas, espaço náutico, salão de jogos, berçário, vestiários, churrasqueiras, salão de festa e restaurante.

Tudo isso em meio a muito verde, com a vegetação da Mata Atlântica preservada e com alta relevância ambiental.

para que entrem e façam parte da nossa história, com o propósito de instigar o conhecimento, o desenvolvimento, a discussão e uma engenharia sem fronteiras.

Para isso, o Instituto disponibiliza, por meio de seu site, diversas palestras e eventos ao vivo,

pela TVEngenharia. O material técnico das palestras também fica disponível para consulta na seção "Publicações Técnicas".

Para conhecer mais sobre o Instituto de Engenharia e associar-se, acesse:

www.iengenharia.org.br



A poluição sonora, em nossas cidades, vem sendo tratada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o segundo maior poluente, perdendo apenas para a poluição do ar.

A poluição sonora que, há pouco tempo atrás, era relacionada somente à incomodidade sonora e à perda auditiva, hoje vem sendo associada a doenças como diabetes e problemas cardiovasculares, além de ser fator importante como causa da baixa produtividade em trabalhadores e alunos, ocasionando, também, problemas psicológicos na população em geral.

O crescimento desordenado das cidades, resultado da falta de um planejamento urbano adequado, cria situações complexas, expondo a população a focos geradores de ruído como o trânsito de automóveis, ônibus e caminhões; o tráfego aéreo de aviões e helicópteros; o ruído industrial e comercial, além dos ruídos provenientes de bares, restaurantes, shows, obras e outros eventos geradores de barulho.

Em várias cidades do mundo, em prol da melhoria da qualidade de vida de suas populações, o poder público passou a priorizar esse tema, assumindo extrema importância a redução dos níveis de ruído a que as pessoas ficam expostas para garantir salubridade, conforto acústico e inteligibilidade para os cidadãos tanto dentro de edifícios como em espaços e áreas públicas.

Três fatores importantes devem ser considerados no planejamento urbano, em especial quando da elaboração dos Planos Diretores dos

Planejamento urbano e mapeamento de ruído

Por
Marcelo de Melo Aquilino



Municípios: evitar a exposição da população a níveis de ruído prejudiciais; mitigar o ruído na fonte sonora e a isolamento sonora dos ambientes onde a população vive a sua maior parte do tempo.

Mitigar o ruído na fonte sonora, quando relacionada a máquinas, carros, motos, aviões, helicópteros e equipamentos em geral, é responsabilidade de quem os produz e de regulamentação específica definida pelo poder público, responsável pelo bem comum.

A utilização dos equipamentos deve também ser preocupação de políticas públicas no campo da educação cidadã, pois o direito ao silêncio deve ser respeitado e a simples mitigação de ruído de equipa-

mentos não garantirá, por si, o conforto acústico aos habitantes das cidades.

Uma ferramenta fundamental para a gestão e o planejamento das cidades é o mapeamento sonoro. De posse de um mapa sonoro, o gestor público poderá orientar o crescimento da cidade, preservando áreas com baixo nível de ruído já existentes e mitigando o ruído em áreas que tenham níveis acima do aceitável.

É bom lembrar que um dos principais geradores de ruído das cidades é o trânsito de automóveis, ônibus, motos e caminhões. Com o mapa sonoro é possível estudar o impacto da abertura de novas ruas e avenidas e também avaliar quais os efeitos de

alterações de trânsito provocadas pela implantação de novos empreendimentos e grandes obras.

O IPT, preocupado com esse desafio enfrentado pelos gestores das cidades, vem trabalhando com o tema do ruído urbano há quatro décadas. Em 1978, foi pioneiro na elaboração do mapeamento sonoro da cidade de São Paulo, por solicitação da Prefeitura e desde então participa, ativamente, das discussões e estudos acústicos da Cidade de São Paulo.

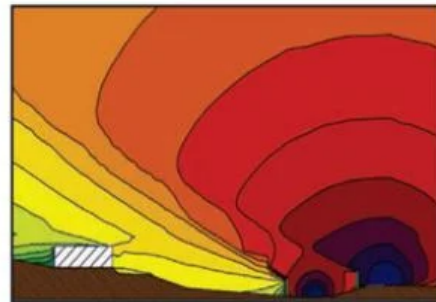
Nos últimos quatro anos, como membro da Comissão Técnica da Conferência Municipal sobre Ruído, Vibração e Perturbação Sonora, da Câmara Municipal de São Paulo, o IPT tem defendido, em parceria com parlamentares, especialistas e entidades da sociedade civil, a necessidade de atualização do mapeamento sonoro da cidade e contribuído com a elaboração do projeto de lei 75/2013, que dispõe sobre a

edição do Mapa do Ruído Urbano da Cidade de São Paulo.

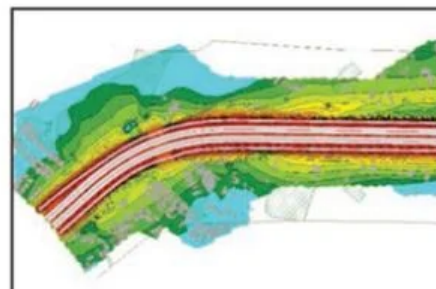
Neste mês de junho, a Câmara Municipal de uma das maiores cidades do mundo, aprovou, em segunda e última votação, o Projeto de Lei 75/2013, que, se sancionado pelo Prefeito, possibilitará o início do mapeamento sonoro da cidade de São Paulo, como já o fazem diversas cidades do mundo.

O Mapa de Ruído é uma ferramenta fundamental para a orientação do crescimento das cidades e para a correção de problemas existentes.

Atuar de forma preventiva e corretiva para evitar e minimizar os danos causados aos cidadãos pela ausência de planejamento adequado no quesito ruído é um desafio importante para os gestores dos municípios do Estado de São Paulo, que podem contar com o suporte tecnológico do IPT para auxiliá-los nessa tarefa.



Mapa de Ruído - Corte




Mapa de Ruído - Planta

**Contatos: Pesquisador
Marcelo de Mello Aquilino -
aquilino@ipt.br**

**"CEAME comprimenta a APM - Associação Paulista de Municípios
pela realização do 60º Congresso Estadual de Municípios".**

CEAME
CENTRO DE ESTUDOS E APOIO
AOS MUNICÍPIOS E EMPRESAS

Serviços

 Publicidade

 Eventos

Telefone: 55 (11) 3063-5775
Email: dalva@ceame.com.br / benhur@ceame.com.br
Rua Teodoro Sampaio, 1020 - CEP: 05406-050
Cj 1009/1010 - Centro Empresarial Pinheiros
Pinheiros - São Paulo Brasil

Os incentivos à atividade econômica nos municípios

Por Jefferson Mariano

Ao longo dos últimos trimestres a economia brasileira apresentou um intenso quadro de desaceleração. A trajetória do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) do país pode ser acompanhada por meio do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Essa pesquisa disponibiliza trimestralmente índices que possibilitam acompanhar a evolução do PIB e de seus principais componentes.

O primeiro trimestre de 2014 foi o derradeiro com indicadores positivos em todos os setores de atividade econômica. A partir do segundo trimestre houve uma progressiva queda no PIB e seus componentes. Apenas a atividade agropecuária apresentou indicadores positivos em alguns dos trimestres analisados, como pode ser observado na tabela 01.

Esses índices dizem respeito ao conjunto da economia brasileira. Porém estados e municípios também sofreram impactos negativos com o quadro de retração da produção e do emprego ao longo do período.

Muitos municípios brasileiros como resposta à essa situação adversa passaram a adotar políticas de incentivo à implantação de investimentos, que consequentemente podem ter contribuído para atenuar a retração no nível de emprego.

Além disso, os municípios recorreram também aos mecanismos de isenção de taxas e de IPTU (o principal tributo de competência dessa esfera de governo). Assim



como ocorreu em âmbito do governo federal, no nível dos governos municipais também foram utilizados instrumentos que podem ser traduzidos como renúncia fiscal.

O cartograma a seguir demonstra a distribuição da capacidade de arrecadação tributária dos municípios paulistas.

De acordo com o cartograma a Mesorregião Metropolitana de São Paulo apresenta o mais elevado nível de arrecadação de tributos, especialmente em razão da presença da Capital do Estado. Regiões próximas da Capital como Vale do Paraíba, Piracicaba e Campinas também apresentam expressivas con-

tribuições em relação à capacidade de arrecadação e consequentemente maior espaço para implementar políticas que se traduzam em renúncia fiscal.

O gráfico 2 demonstra que ocorreu um aumento no uso dos mecanismos de incentivo à atividade econômica. Por exemplo, do total de municípios brasileiros 42,8% promoviam a cessão de terrenos em 2015, com intuito de atrair

TABELA 01 Taxa de variação do índice de volume trimestral das contas nacionais

Trimestres	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2014.1	6.2	4.6	2.2	3.2
2014.2	-0.6	-2.7	0	-0.8
2014.3	0.3	-2.9	-0.3	-1.1
2014.4	2.2	-2.1	-0.3	-0.7
2015.1	5.4	-4.4	-1.4	-2
2015.2	2.2	-5.7	-1.8	-3
2015.3	-2	-6.7	-2.9	-4.5
2015.4	0.6	-8	-4.4	-5.9

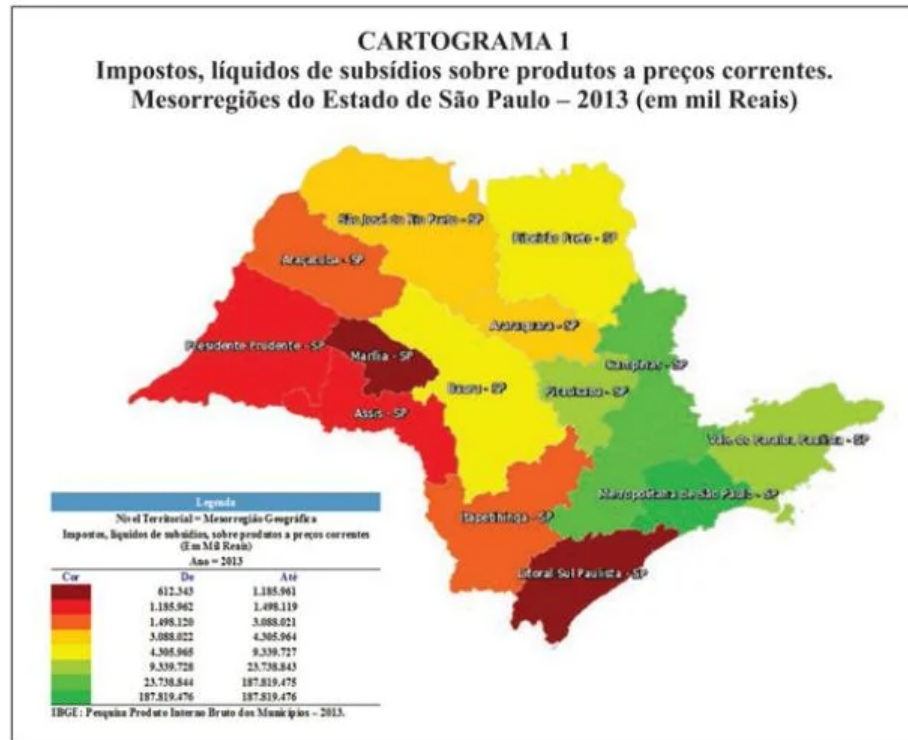
IBGE- Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

novos investimentos. Em 2012 a taxa era correspondente a 38,5. Além disso, os municípios recorreram também aos mecanismos de isenção de taxas e de IPTU (o principal tributo de competência dessa esfera de governo).

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais no Estado de Paulo foi grande a ocorrência de municípios que utilizaram mecanismos de incentivo a implantação de investimentos. Em 410 municípios paulistas observou-se a utilização desses mecanismos. Enquanto que em âmbito nacional a maior frequência foi a modalidade cessão de terrenos, no caso dos municípios paulistas a isenção do IPTU apresenta maior relevância como pode ser observado no tópico 3, do gráfico 2.

Considerando apenas a existência desses mecanismos nos municípios paulistas essa taxa chega a 63,5%. Há diferenças importantes quando se realiza a estratificação de acordo com o porte populacional dos municípios.

Neste caso, é importante destacar que 42% das cidades paulistas possuem menos do que 10 mil habitantes e em contrapartida apenas 09 possuíam população superior a 500 mil habitantes em 2015. Desse último grupo, apenas dois (Santo André e São Bernardo do Campo) não adotavam instrumentos de



incentivo a implantação de investimentos.

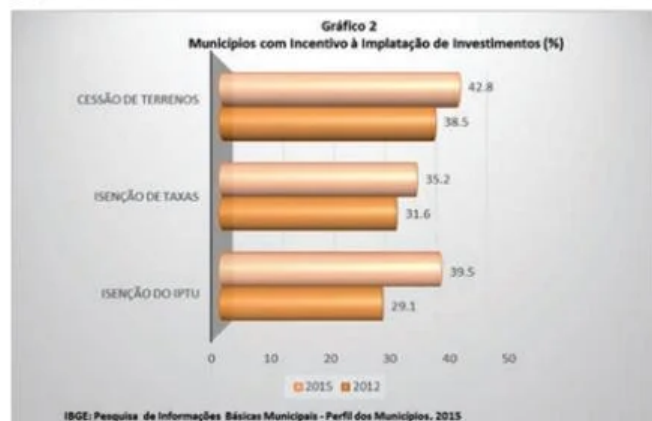
A ocorrência mais elevada estava no grupo de municípios de médio porte, entre 50.001 e 100.000 habitantes com uma presença de 88,3%, demonstrado no gráfico 4.

Conclusão

Os números da Pesquisa de Informações Básicas Municipais indicam que os municípios brasileiros recorreram aos instrumentos de incentivo a implantação de investimentos como resposta a um quadro de retração da atividade

econômica. A pesquisa demonstrou que houve crescimento entre 2012 e 2015 dos principais instrumentos utilizados. No caso do Estado de São Paulo nas cidades de médio e grande porte houve a utilização com maior frequência esse mecanismo. Nos municípios de menor porte, apesar de menos frequente, foi bastante significativa o uso dessas modalidades de incentivo à atividade econômica.

Jefferson Mariano é doutor em Desenvolvimento Econômico e Tecnológico em Informação Geográfica e Estatística do IBGE



Será o 42?

O dispositivo do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal não há de ser interpretado de forma isolada e literal. Há, sim, de ser visto como um dos instrumentos incluídos no conjunto de normas que regulam as finanças públicas.

“De nossa parte, entendemos que esse regramento não deve ser aplicado com míope literalidade, não se deve sobrepor ao princípio da continuidade dos serviços públicos e ao mais essencial princípio da Administração, o do interesse público. Em suma, a Lei Complementar nº101, de 2000, não pode imobilizar a máquina governamental e, assim, correr o risco de se tornar letra morta. É por isso que nossa leitura prima pela flexibilidade responsável, o que garante espaço para os entes governamentais assimilarem, em maior nível de profundidade, as mudanças trazidas pela LRF e, exatamente por isso, permitir que esse ordenamento deite sólidas raízes na cultura de administrar o dinheiro da coletividade”. In Lei de Responsabilidade Fiscal, Comentada Artigo por Artigo, 3ª Edição, Editora N.D.J., 2005, página XVIII, por Flávio C. de Toledo Júnior.

Nesse trabalho sustentamos entendimento sobre esse complexo e controvertido preceito legal afirmando o seguinte:

Eis que o mais polêmico dispositivo da lei em comento; parece, à primeira vista, derivar-se do art. 36 da Lei nº4.320, de 1964: “consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Essa equivalência, pensamos, não quer dizer coincidência temática, visto que, malgrado se incluir na Seção Restos a Pagar a LRF, o reproduzido dispositivo não enfoca, única e tão-

somente, o passivo de curto prazo denominado Restos a Pagar, assim como o era no vetado art.41.

Neste ponto, vale uma ligeira digressão sobre a proposta original de Lei de Responsabilidade Fiscal, o Anteprojeto de 1998; nele, havia preceito que embargava, com vigor, a acumulação da dívida de curto prazo, na qual se incluem, com forte presença, os tais Restos a Pagar.

Para qualquer período do mandato, não apenas os últimos oito meses da gestão, o Anteprojeto determinava cobertura de caixa para as despesas que passam para o ano seguinte.

Ao permitir a inclusão, sem amparo de caixa, de certo tipo de Restos a Pagar: os que já estão aptos ao pagamento (liquidados), o Substitutivo da Câmara Federal desfigurou, neste particular, aquela intenção original. É o art. 41 do autógrafo, vetado pelo Presidente da República, parcialmente reproduzido a seguir:

“Art. 41. Observados os limites globais de empenho e movimentação financeira, serão inscritos em Restos a Pagar:

I – as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício” (g.n.).

Com o veto, remanesceu, na dita Seção Restos a pagar, somente o artigo em análise, norma que, a teor de seu caput, tem a ver com compromissos assumidos nos dois últimos quadrimestres de mandato dos titulares de Poder ou órgão referido no art. 20.

Tal dispositivo, em suma, prescreve dois comandos:

- entre maio e dezembro do último ano de mandato, os gastos compromissados, e vencidos, serão pagos nesse período;
- nesse mesmo período de oito meses, os gastos compromissados, mas não vencidos, precisarão de ampa-



Sérgio Ciquera Rossi
Secretário-Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ro de caixa em 31 de dezembro.

Logicamente que, ao se referir a parcelas a serem pagas no exercício seguinte, o legislador fiscal alcançou os Restos a Pagar aludidos no art. 36 da Lei nº4.320.

Assim, o art. 42 da LRF é, fundamental e exclusivamente, regra para os oito últimos meses de cada gestão política. De outra maneira, não há meios de o administrador públicos atender a despesas desse lapso temporal e mais o estoque de Restos a Pagar incorrido antes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal; do contrário, as gestões haveriam de produzir superávits orçamentários em nível equivalente à herança negativa que proveio da sobredita época anterior, progresso esse que, objetivamente, não se impõe em norma geral de direito financeiro. Para tanto e assim como adiante melhor se verá, o resultado positivo dos sistemas próprios de previdência haverá de ser abatido dos referidos superávits de exercício.

Naturalmente, os tais antigos débitos já devem ter sido todos pagos, mas, até mesmo por isso, os mais recentes Restos a Pagar podem ainda não contar com disponibilidade monetária.

Essa dicção parece afrontar o equilíbrio buscado pelo novo direito financeiro: o duradouro no tempo, vale dizer, o

que não se limita aos doze meses do ano civil, tendo, por isso, base financeira (caixa e bancos maiores que as dívidas de curta exigibilidade). Essa conciliação, afinal, não é nenhuma inovação; remonta à edição da Lei nº 4.320, que, em seu art. 49, determina que o gasto de exercícios findos (extra-orçamentário) compareça, também ele, na programação financeira do exercício em curso.

Contudo e em face da já apresentada interpretação razoável da lei, enquanto não dirimido, de vez, o comentado passivo residual, não existirá plena coincidência entre Restos a Pagar e haveres financeiros.

Nesse cenário que se espera transitório e na análise de enquadramento no art. 359-C do Código Penal, há que verificar se os empenhos liquidados a pagar e os Restos a Pagar, o saldo líquido dessas duas pendências, em 30 de abril do último ano de mandato, constitui valor superior, ou inferior, à posição líquida encontrada no último dia do exercício (Restos a Pagar menos haveres financeiros em 31/12).

Nessa comparação de débitos, o crescimento líquido indica afronta ao art. 42 e, daí, remessa à tipificação penal.

Em suma, déficits orçamentários dos três primeiros anos de gestão podem ensejar parecer desfavorável do órgão do controle externo; contrariam, de pronto, intuito basilar do regime de responsabilidade fiscal e, via de consequência, a programação financeira e o hoje obrigatório instituto da limitação de empenho (LRF, arts. 8º e 9º). Já o déficit dos oito últimos meses, além da negativa decisão dos Tributos de Contas, também acarreta remessa dos autos ao Ministério Público, vez que caracterizada transgressão àquele dispositivo penal.

Se, por outro lado, houver solvência do passivo financeiro anterior à LRF e, nos últimos oito meses, não ocorrer crescimento líquido de Restos a Pagar e, ainda assim, subsistir falta de caixa para tal resíduo pas-

sivo, verificada tal hipótese, é porque após aquela lei, em algum período, houve déficit da execução orçamentária.

Em sendo assim, a LRF, de pronto, não solve a chamada herança maldita; quer isso dizer, as despesas vencidas em vários exercícios pretéritos àquele direito. Esse desvio fiscal acontecia porque a receita era prevista em patamares irreais, sancionando despesas sem lastro financeiro; vem daí o déficit bruto da execução orçamentária.

Contudo, para que tal impropriedade não continue se reproduzindo, a comentada lei aponta remédio, apesar de não impô-lo; materializa-se nos novos instrumentos e formas de controle que valorizam o processo de planejamento orçamentário, sobretudo o Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º), no qual o Município deve apresentar plano de redução de sua dívida, seja ela de curto prazo (Restos a Pagar) ou de longo curso (consolidada ou fundada).

Em outras palavras, se a receita foi superestimada, o dirigente municipal precisará conter despesas por meio de um instituto agora obrigatório, o da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 9º); caso contrário, estará sujeito à multa de 30% sobre seus vencimentos anuais (art. 5º, III, da Lei nº 10.028, de 2000). Mediante a análise bimestral dos relatórios fiscais, especialmente o demonstrativo do resultado nominal e primário (art. 53, III), os Tribunais de Contas acompanharão a execução orçamentária municipal, alertando o Município em risco de déficit para, em caso de omissão, processar e julgar o cabimento da multa referenciada.

A nosso ver, Comunas com menos de 50 mil habitantes, formalmente obrigadas a apresentar metas de resultado fiscal apenas em 2005, mesmo elas, precisam limitar empenho, caso se avizinha o déficit bruto de execução orçamentária, do qual

resultam os indesejados Restos a Pagar sem cobertura financeira. Assim o é porque o novo direito financeiro determina que, na lei de diretrizes orçamentárias, todo o tipo de unidade local evidencie, desde já, a forma de conciliar receitas e despesas (art. 4º, I). Eis que a meta fiscal básica da localidade pequena, o equilíbrio orçamentário bruto; isso porque o correlato orçamento não se escora em empréstimos de longo curso e, caso se mantenha superdimensionado, tal irregularidade será alertada pelas Cortes de Contas (art. 59, § 1º, V, da LRF). De pronto, solução não resta a tal Comuna que não a limitação de empenho para expurgar a parcela da despesa sem suporte monetário.

No intuito de atender à regra insculpida no parágrafo único do art. 42, os Chefes de Poder, no último ano de mandato, devem analisar, com redobrada cautela, o balancete patrimonial de abril; nele verificando falta de cobertura de caixa para Empenhos a Pagar e Restos a Pagar, precisarão os dirigentes estatais, entre maio e dezembro, constatadas dificuldades de equilíbrio financeiro, restringir a despesa do respectivo Poder, realizando, a partir daí, somente as de caráter absolutamente obrigatório, incompressíveis e inadiáveis, tais quais as de folha salarial, encargos patronais, contratos de serviços, entre outras necessárias ao regular funcionamento da máquina estatal e à eficácia do princípio da continuidade dos serviços públicos.

Tal posição, óbvio, não está a sancionar eventual nível de déficit orçamentário; muito pelo contrário, gestões que ainda carregam saldo descoberto de Restos a Pagar, sobretudo elas, terão maior responsabilidade em produzir, no último ano, superávit de exercício, para, com ele, reduzir o nível de dívida de curto prazo, mormente aquela constituída no próprio intervalo temporal do mandato.

Na aferição da disponibilidade

financeira, serão expurgados os recursos que pertencem ao regime próprio de previdência; é o que determina a Portaria nº440, de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, vez que tais dinheiros são absolutamente vinculados (aposentadorias e pensões) e têm uma constitucional função de, mediante o engrandecimento capitalizado, garantir o equilíbrio atuarial do sistema (art. 40 da CF), sendo que este, por outro lado, apresenta baixo estoque de Restos a Pagar.

Naquele cálculo de suporte monetário, serão também abatidos os valores atrelados a depósitos, cauções e débitos de tesouraria, isto é, os demais pagamentos extra-orçamentários.

Em síntese e desde que, em 30 de abril, não se observe efetivo lastro para gastos em que já houve adimplemento contratual por parte de terceiros (empenhos e Restos a Pagar liquidados), à vista desse hiato financeiro, o ordenador da despesa somente autorizará obras flagrantemente emergenciais (ex.: contenção de encostas que, não realizada, ocasionará risco à vida dos munícipes; reforma emergencial do pronto-socorro, sem a qual esse equipamento deixaria de operar), limitando-se em regra e como já se disse, ao custeio dos serviços já há muito instalados no Município.

Nesse esforço, a Administração Financeira deverá valer-se, com rigor, da programação financeira, segundo critérios dispostos na lei de diretrizes orçamentárias.

Outra controvérsia levantada pelo art. 42 diz respeito à “obrigação de despesa”; entendem alguns que qualquer tipo de compromisso firmado nos dois últimos quadrimestres, esteja ele empenhado ou não, deva submeter-se às limitações daquela norma fiscal. Nesse diapasão, tal exegese não está a considerar, apenas, os conceitos de empenho e de liquidação aludidos nos arts. 58 a 63 da Lei nº4.320.

Vem daí que, assinado nos oito últimos meses de gestão do Prefeito,

um contrato de limpeza pública faria com que a Administração reservasse numerário para todas as parcelas contratuais a serem realizadas no ano vindouro.

Somos contrários à referenciada linha de pensamento. A nosso ver, apenas as despesas empenhadas e liquidadas nos dois últimos quadrimestres precisam de amparo de caixa. Eis nossos argumentos:

1) em primeiro lugar, recorremos ao método da interpretação autêntica da lei, que intenta sob a expressa vontade do legislador, buscar o real significado das regras controversas. De seu lado, a Lei Complementar nº 101, de 2000, em seu projeto original, dispunha de nada menos que 110 artigos. Esse anteprojeto foi bastante modificado na Câmara dos Deputados, mediante o Substitutivo Pedro Novais, do qual participou consultor de orçamento e fiscalização financeira, o Prof. Wéder de Oliveira; técnico que, escorado no princípio da anualidade do orçamento assim sustenta: “se estivermos falando de obra plurianual, ou seja, que deva ser objeto de alocação de recursos em mais de um orçamento anual, o prefeito não estará obrigado a prover recursos financeiros para pagar a parcela da obra que será executada com dotação do orçamento seguinte” (in O Artigo 42, a Assunção de Obrigações no Final de Mandato e a Inscrição em Restos a Pagar, Brasília, 2000, disponível no site www.federativo.bndes.gov.br);

2) a Lei da Responsabilidade Fiscal objetiva a conciliação duradoura, no tempo, entre receitas e despesas; não limitada, apenas, aos atos praticados em cada ano civil. Ante esse pressuposto de equilíbrio financeiro, a Secretaria do Tesouro Nacional vem padronizando o cálculo de resultado hoje essencial, o de índole primária. Nessa lide, comparece, somente, o gasto de real impacto financeiro, que já solicita recurso monetário, ou seja, o gasto empenha-

do e devidamente processado (liquidado). É o que diz a Portaria nº 441/03 da Secretaria do Tesouro Nacional: “durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas deverão ser consideradas como liquidadas, se inscritas em restos a pagar; caso contrário, deverão ser canceladas”;

3) os dois comandos do art. 42 têm em foco a disponibilidade financeira, o ajuste entre compromisso e fluxo de caixa; enfocam eles o desembolso, a saída do dinheiro público, o pagamento, enfim. Pois bem, o art. 62 da Lei nº4320 assevera que só faz jus a pagamento o fornecedor que entregou materiais, serviços ou obras. A única exceção fica por conta do regime de adiantamento. Assim, não se pode provisionar aquilo que ainda não foi entregue à Administração. Nesse ponto, vale lembrar, o parágrafo único do dispositivo em estudo refere-se, expressamente, à despesa compromissada a pagar, expressão que abrange os gastos em que já houve adimplemento contratual por parte de terceiros;

4) o futuro mandatário, utilizando-se de seu poder discricionário, pode revogar contratos de fornecimento parcelado, notadamente os de materiais e serviços; nesse rumo, a coleta de lixo poderia voltar a ser realizada pelos servidores (execução direta), tornando inútil uma alentada provisão financeira contratual;

5) sejam de materiais, serviços ou obras, os contratos oneram cada orçamento anual, na mesma proporção em que se executa, de fato, a correspondente despesa. É o que se depreende dos arts. 7º, § 2º, III, e 57, ambos da Lei nº8.666, de 1993.

Aliás, em face da pura e simples razão da existência do orçamento plurianual, no qual se prenunciam as parcelas correspondentes da execução ou as dotações anuais reservadas

às despesas obrigatórias de caráter continuado.

Enfim, no art. 42, o conceito de obrigação de despesa vincula-se ao de obrigação de pagamento; não há que falar naquele sem que antes se materializem os pré-requisitos deste último (empenho e liquidação). Por outra forma, não há obrigação de despesa se o fornecedor ainda não cumpriu sua missão contratual. Tanto isso é verdade que o inciso II do art. 50 distingue entre despesa e assunção de compromisso, este último, sim, atende àquela dicção por nós combatida.

Nessa marcha, a obrigação da despesa nasce com o empenho e aperfeiçoa-se quando formalmente liquidada (entrega ao bem, do serviço ou da obra). Na medida em que o particular tem na Nota de Empenho sua garantia documental, a LRF proíbe que a Administração aceite ou avalize títulos emitidos por fornecedor de bens, mercadorias ou serviços (art. 37, III).

Todavia, essa nossa posição não valida toda e qualquer avença celebrada nos dois últimos quadrimestres do mandato. Aqui, os Tribunais de Contas não devem olvidar o espírito da LRF, o princípio da responsabilidade no uso do dinheiro público, que tende a ser infringindo, com mais vigor, em perío-

do eleitoral. A essa época, no exame prévio de edital e em outros instrumentos do controle simultâneo, devem-se rejeitar contratações que não têm o caráter da essencialidade a serem pagas, em sua maior parte, pelo futuro mandatário.

Essa recusa, contudo, não se baseará em tal ou qual norma da LRF, mas, como dito, em seu pressuposto basilar, o da gestão responsável, baseado no adequado planejamento. Caso isso escape do controle concomitante, os pareceres e julgamentos das Cortes de Contas, por certo, repreenderão, o mais severamente possível, essas transgressões a escopo crucial da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Feitas essas considerações, é de ressaltar que a LRF conta hoje com diversos trechos controvertidos; o que se dirá então dos seus inaugurais oito meses, quando esse complexo ordenamento apresentou-se à sociedade brasileira? Bem por isso, equivocadas leituras reproduziam-se à farta, confundindo os que gerenciavam as finanças municipais. Nesse cenário, entendeu-se que certos novos dispositivos do Código Penal, sobretudo os arts. 359-B e 359-F, impunham o cancelamento de empenhos liquidados sem disponibilidades de caixa; do

contrário, os ordenadores da despesa seriam punidos com detenção de seis meses a dois anos. Hoje, tem-se claro que perderam eficácia essas duas normas da Lei de Crimes Fiscais, posto que vetado o art. 41 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e, por extensão, o limite legal de inscrição (§ 2º do dispositivo vetado).

Utilizado sobretudo no primeiro ano da LRF, 2000, aquele desfazimento de empenhos carrega inúmeros embaraços; discriminamos alguns deles:

- os balanços orçamentário, econômico e patrimonial do exercício findo escamotearão a verdade fiscal do período, visto que parcela da despesa foi simplesmente excluída, deturpando, daí, o resultado orçamentário, financeiro e econômico. Tudo isso fere o elementar princípio da evidência contábil (art. 83 da Lei nº 4.320, de 1964);

- conforme normas universais de auditoria, a não-fidelidade das peças contábeis enseja, por si só, parecer desfavorável do controle externo;

- afronta ao regime de competência da despesa governamental (art. 35 II, da sobredita lei).

Conclusão na próxima edição.



**QUEM MONTA O MAIOR CONGRESSO
DE MUNICÍPIOS, PODE MONTAR O
MELHOR EVENTO DE SUA CIDADE.**

ANIVERSÁRIO DE CIDADE - FESTAS TEMÁTICAS - SHOWS - CONGRESSOS - FEIRAS

Fones: (13) 3877.0034 3877.0035


E-mail: cape@capeeventos.com.br



*Muitas opções para
turismo e lazer*

Nos caminhos dos circuitos paulistas, águas, flores e frutas

Por Cláudia Carnevalli



Quando o assunto é turismo, o mais importante Estado do Brasil surpreendente: São Paulo é rico em roteiros e circuitos que ajudam a fomentar o turismo estadual atraindo 40 milhões de visitantes anualmente, a maioria deles proveniente do próprio Estado. Nesta edição, destacamos três desses circuitos, o Circuito das Águas Paulistas, o das Frutas e o das Flores.

Nos circuitos é possível encontrar muitos atrativos naturais, águas terapêuticas, diversas tradições culturais, patrimônios históricos e muito mais. Em comum eles oferecem diversas opções voltadas ao Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura e também o de Compras. Tudo isso, em meio a lindas paisagens e boa estrutura hoteleira.

Outro destaque é a infra-estrutura oferecida pelas cidades dos circuitos, que possuem em sua maioria, um alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Secretário Campello ressalta a importância dos Circuitos

Para o secretário de Turismo, Romildo Campello, que assumiu a secretaria em junho deste ano, é incontestável a importância dos circuitos paulistas para o Estado de São Paulo.

Segundo ele, a atividade turística do Estado vem se fortalecendo e já se mostra pronta para oferecer aos seus visitantes uma imensa riqueza de atrativos dispostos na vitrine do Turismo Paulista. “Uma aposta do governador Geraldo Alckmin, o turismo é o meio mais rápido - e sustentável - de gerar emprego, renda”, diz Campello.

O secretário Campello reforça que, se tratando de organização, São Paulo dá mostras de sua vanguarda e dispõe atualmente de 43 Circuitos Turísticos.

“Tal oferta turística possibilita a movimentação de 40 milhões de visitantes em solo paulista por ano. Vale ressaltar que um Circuito Turístico compreende um conjunto de municípios com relativa proximidade em determinada área geográfica, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, com possibilidades de atrair turistas,” explica Campello, que acrescenta: “A formação de um circuito pressupõe a identidade e o associativismo entre esses municípios que, na verdade, somam esforços para unir os atrativos, equipamentos e serviços turísticos, para enriquecer a oferta e ampliar as opções de visita com consequente geração de trabalho, renda e melhoria da qualidade de vida regional”.



Secretário Romildo Campello

Incentivo

O Diário Oficial publicou em junho uma Resolução que define as regras para a elaboração do Plano Diretor de Turismo para os municípios paulistas. O plano regula as atividades do poder público municipal com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do turismo no Estado. Entre as regras propostas está a participação dos Conselhos Municipais de Turismo, a realização de audiências públicas para implantação e obrigatoriedade de especialista da área na elaboração dos Planos Diretores. “Queremos consolidar o espírito democrático e participativo da população e dar as condições técnicas e legais necessárias”, disse o secretário de Turismo, Romildo Campello.

Segundo a resolução, o Plano Diretor deve ser elaborado pelo órgão de Turismo da prefeitura ou em convênio com Faculdade de Turismo ou entidade pública ou privada especializada, sempre com a aprovação do Conselho Municipal de Turismo e da Câmara Municipal de cada cidade.

“A criação dos municípios de interesse turístico dá as ferramentas para que o desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda possa ser uma realidade cada vez maior. Com a sanção da Lei dos Municípios de Interesse Turístico, o Estado consolidou a sua liderança no setor, ampliando para mais 140 aqueles considerados destinos indutores do turismo no Estado. Atualmente são 210 cidades.

O Plano Diretor é um dos requisitos básicos para que os municípios tenham direito a recursos do Fundo de Melhoria”, ressaltou Campello.

Para atender a demanda o Governo do Estado já investiu de 2010 a 2015 cerca de um bilhão e 356 milhões de reais para as 70 estâncias turísticas. “Agora com mais 140 municípios de Interesse Turístico, serão 210 cidades prontas para o crescimento do setor, colocando São Paulo na vanguarda do turismo nacional”, afirmou Campello.

Também no dia 22 de junho, o governador Geraldo Alckmin assinou o repasse de mais de R\$ 13,1 milhões para obras de infraestrutura turística nos municípios de São Bento do Sapucaí, Morungaba, Lindóia, Amparo, Presidente Epitácio, Campos do Jordão, Atibaia, Barra Bonita, Embú das Artes e Salesópolis. Os convênios da Secretaria de Turismo por meio do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) visam à sinalização de vias públicas, recapeamento asfáltico, acessibilidade e reformas de centros culturais.

Além disso, o governador liberou na mesma data, R\$ 22,8 milhões para 29 municípios paulistas. “São recursos para diferentes obras que, além de atender às demandas dos cidadãos, contribuem para a recuperação da economia local, com a geração de emprego e renda”, afirmou Alckmin.



Entenda a classificação

Segundo a Secretaria de Turismo do Estado, São Paulo possui 70 municípios considerados estâncias por lei. Estas se classificam em balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas e recebem verbas anuais do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) para serem usadas em obras que melhoram sua estrutura para receber turistas.

Estâncias Balneárias

São cidades que possuem praias belíssimas, diversos trechos preservados de Mata Atlântica e programas para quem quer mar, sol, céu azul, cultura ou esportes de aventura.

Estâncias Climáticas

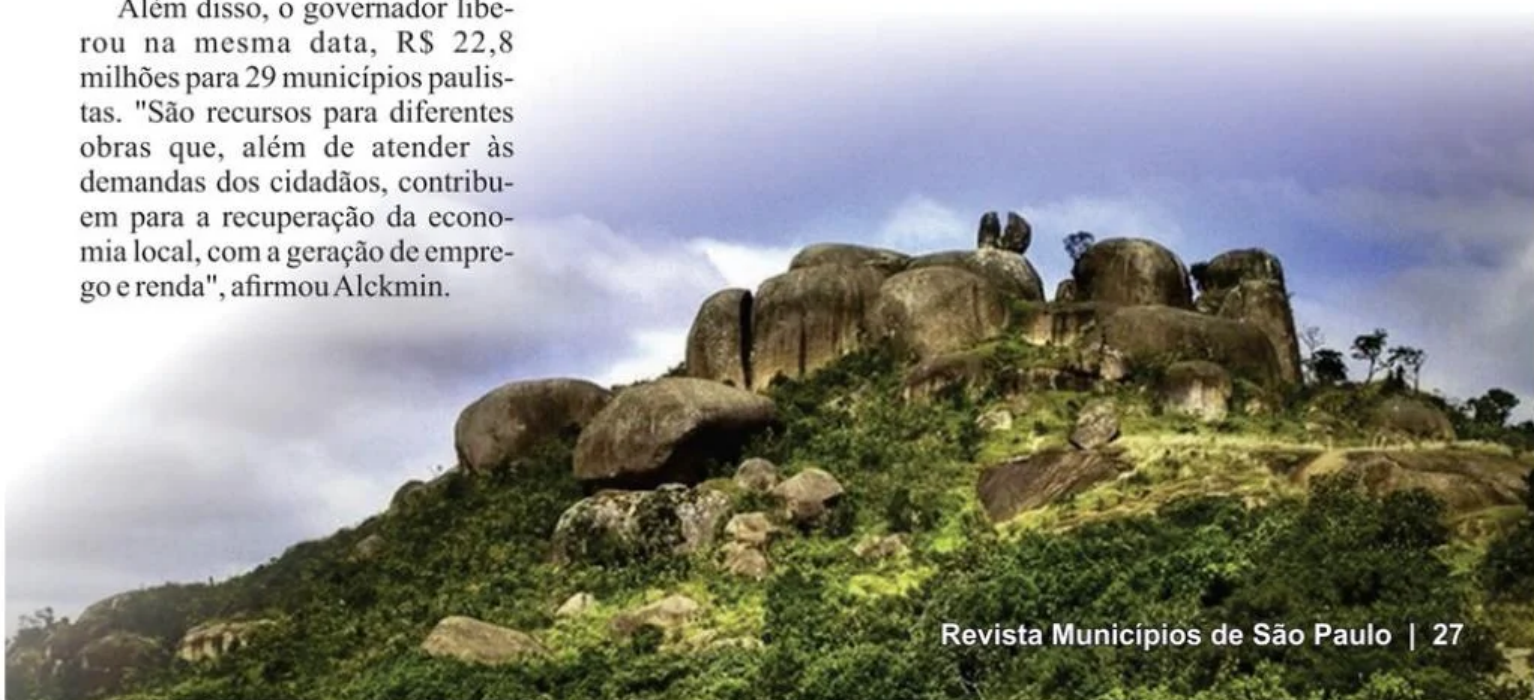
São cidades que possuem atrativos naturais como o clima ameno, montanhas, cachoeiras e muita área verde, além de inúmeros esportes de aventura.

Estâncias Hidrominerais

São cidades que possuem águas terapêuticas, bicarbonadas, radioativas, banhos de imersão, tratamentos medicinais, além dos esportes radicais e parques ecológicos.

Estâncias Turísticas

São cidades com muitas tradições culturais, patrimônios históricos, artesanatos, lindas paisagens, centros de lazer, além de ótimos serviços de gastronomia.





Circuito das Águas Paulistas

Fontes de água mineral de qualidade reconhecidas internacionalmente não faltam por aqui, mas têm mais, lindas montanhas, vales, rios, cachoeiras, matas e o clima ameno compõe o cenário do Circuito das Águas Paulista, roteiro ideal para a prática do Turismo Rural e também do Ecoturismo.

Criado em 2004, para fomentar o turismo e o desenvolvimento econômico da região, o Circuito é formado por nove estâncias, localizadas na Serra da Mantiqueira, são elas, Águas de Lindoia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindoia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro.

Tantos atrativos atraem anualmente 7 milhões de turistas ao Circuito das Águas, que oferece uma moderna infraestrutura hoteleira, localizada bem no centro das cidades ou em belos hotéis-fazenda.

As opções de passeios são muitas e incluem, desde um banho relaxante nos balneários, onde também é possível beber água mineral direto da fonte ou ainda, diversas modalidades de esportes de aventura para quem quer mais que sombra e água fresca. Além de inúmeras opções de compras, que vão de malhas e artesanato, a produtos alimentícios, como queijos, vinhos e doces.

Fotos: Secretaria Estadual de Turismo

Águas de Lindóia

Estância Hidromineral

População estimada: 18.313

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM): 0,745

Prefeito: Antônio Nogueira

A fama medicinal dessas águas tem história, no início do século passado era comum os médicos prescreverem para o tratamento de muitos problemas de saúde a permanência nos balneários durante vários dias. Já naquela época, Águas de Lindóia era o destino escolhido por muitas famílias nas férias, conferindo a *Thermas de Lindóia*, a fama de um dos melhores balneários do mundo.

A água mineral do município é classificada como a de maior radioatividade do planeta, sendo extremamente benéfica para a saúde, com baixa acidez e rápida absorção.

Ainda hoje este é um destino muito procurado, tanto para relaxar e curtir o Turismo Rural como para praticar o Turismo de Aventura.

A cidade oferece inúmeras opções de lazer, segurança e uma boa infraestrutura. A rede hoteleira conta com cerca de 7 mil leitos,



com estrutura para receber eventos, congressos e feiras e uma gastronomia de alta qualidade. O comércio é outra atração à parte,

oferecendo aos turistas tudo o que eles procuram: malhas, couro, roupas, acessórios, sapatos e produtos da fazenda, como doces e frutas.

Amparo

Estância Hidromineral

População estimada: 70.280

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM): 0,785

Prefeito: Luiz Oscar Vitale Jacob

Com uma economia baseada na agricultura, indústria, comércio e turismo, Amparo destaca-se por seu rico conjunto arquitetônico. Passear por Amparo é passear pela história, a cidade é considerada a Capital Histórica do Circuito das Águas, conservando um dos mais completos acervos arquitetônicos do Estado.

O título é dado graças ao empenho de moradores, que preservaram seus imóveis e também a cultura e as tradições locais. Atualmente cidade conta com 535 prédios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condep-haat). Muitos deles remetem aos tempos áureos da produção cafeeira e tornam o município o cenário ideal para a prática do Turismo Rural.

A Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, passou por mudanças há pouco tempo, sendo assim a pouco mais de dois meses uma nova equipe foi formada diante das mudanças de pasta internas da prefeitura. A atual gestão tem se empenhado junto ao Governo do Estado e com este empenho foi possível: a reabertura do Museu Ber-



nardino de Campos; ordem de serviço para restauro da Casa da Rua 8 de Abril (primeira residência escri-

turada da cidade de Amparo); pequena reforma na Biblioteca Municipal; Início das obras do teatro municipal; atualização das informações turísticas; adequações das novas emendas quanto ao Comtur; e participação no projeto Braztoa. Além disso, foi acrescentado ao calendário do município o "Mega Pedal", que passa a fazer parte do Festival de Inverno da cidade.



Jaguariúna

Circuito das Águas e das Flores

População estimada: 51.907

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM): 0,784

Prefeito: Tarcisio Cleto Chiavegato

Famosa por seu pólo industrial, Jaguariúna reúne vários setores da economia e tecnologia de ponta, com excelentes opções de serviços, lazer e turismo e estrutura hoteleira e de restaurantes.

Apesar de ser uma cidade bem desenvolvida, Jaguariúna ainda preserva o charme do interior. O passeio de Maria Fumaça é o principal atrativo turístico do município. Mais que um passeio, a atração tem o objetivo cultural e recreativo, levando os passageiros a uma



viagem no tempo, na época dos Barões do Café.

O município também abriga uma importante unidade de pesquisa e desenvolvimento, a Embrapa Meio Ambiente, que tem a nobre

missão de tornar viáveis soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, por meio de tecnologias e da gestão ambiental, contribuindo para a formulação de políticas agroambientais.



Lindóia

Estância Hidromineral

População estimada: 7.485

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM): 0,742

Prefeito: Luiz C. Scarpioni Zambolim

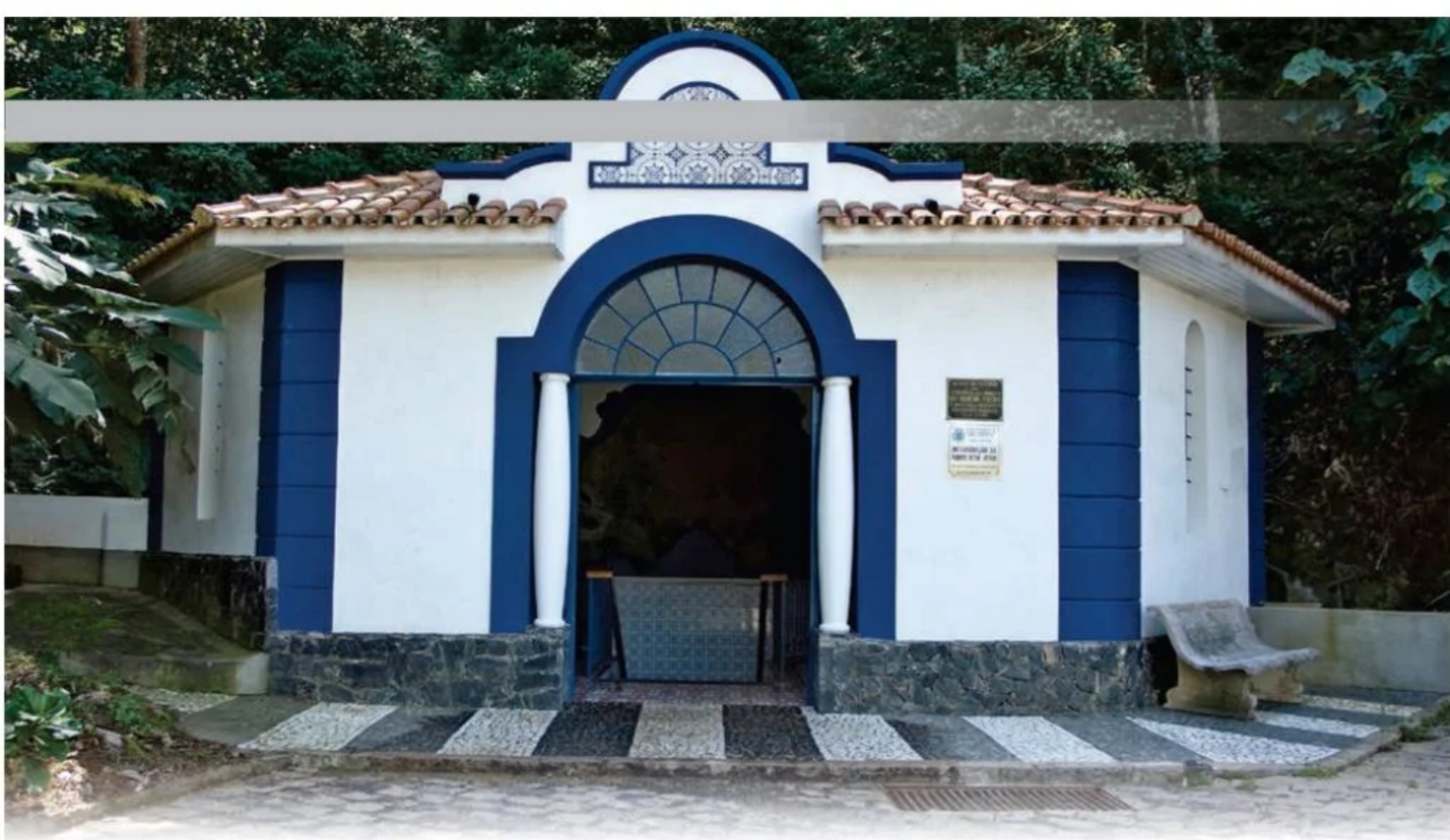
A Estância Hidromineral de Lindóia é considerada a Capital Nacional da Água Mineral, responsável por 40% do volume de água mineral distribuído no Brasil. Ar puro, qualidade de vida e uma excelente infraestrutura fazem de Lindóia sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas e do Consórcio de Turismo do Circuito das Águas Paulista.

Lindóia é classificada como um dos melhores lugares para se viver. A cidade tem como sua principal atração o Grande Lago, lugar perfeito para o Ecoturismo e os Turismos de Aventura e de Lazer.

O turista conta com uma boa rede hoteleira, variada rede gastronômica com restaurantes, bares e lanchonetes, com muitas opções de roteiros, muitos deles voltados ao Turismo Rural, onde é possível visitar propriedades rurais e acompanhar o processo de produção de vinhos e cachaças, saborear produtos típicos da roça de perto e se encantar com a variedade de peças artesanais, tudo isso em meio às belas paisagens.

Rio do Peixe





Monte Alegre do Sul

Estância Hidromineral

**População estimada: 7.736
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,759**

Prefeito: Carlos Alberto de Aguiar

Monte Alegre do Sul fica localizado nas últimas ramificações da Serra da Mantiqueira, em pleno vale do Rio Camanducaia, a 700 metros de altitude. O casario do século XIX revela os traços da imigração italiana, que se instalou no local atraída pelo clima montanhoso, próprio para o cultivo de morangos e uva. Esta última destinada também a produção local de grappa (bebida destilada feita com bagaço de uva) e vinhos.

Com tradição no cultivo de cana-de-açúcar, o município conta atualmente com 27 alambiques, que produzem e vendem cachaça artesanal.

Entre as principais atrações locais estão o Balneário Municipal, Centro Histórico, Santuário do Senhor Bom Jesus, Fonte da Índia, alambiques de cachaça e de grappa e a Fazenda Salmo XXIII.

Sendo os principais eventos da cidade, a Festa do Padroeiro Bom Jesus (agosto), Festa do Morango e da Cachaça (agosto/setembro) e o aniversário da cidade (dezembro).



Pedreira

**População estimada: 45.579
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,769**

Prefeito : Carlos Evandro Pollo

A encantadora Pedreira está localizada às margens do Rio Jaguari, na serra da Mantiqueira. A cidade surgiu numa região geograficamente inadequada para o desenvolvimento da agricultura mecanizada, tendo sua economia baseada na indústria e no turismo.

Conhecida como a Capital da Porcelana no Brasil, Pedreira atrai turistas de todos os lugares, que chegam à busca do artesanato local, encontrado na forma de utensílios domésticos, objetos de decoração, vasos, móveis etc. Atualmente a cidade oferece uma infinidade de produtos, além da porcelana, como couro, vidro, ferro, plástico, entre outros.

O Turismo Rural também se destaca no município, oferecendo ótimas opções de lazer e gastronômicas.

“O que faz Pedreira diferente é a forma com que mostramos os produtos e fazemos o atendimento ao turista. Aqui se faz realmente a diferença. Transformamos parcerias em alianças e o comércio especializado é uma estratégia para que a cidade esteja em destaque no Mapa do Circuito Turístico do Circuito das Águas. É fundamental essa integração e termos o turismo como mola propulsora da transformação e do desenvolvimento econômico”, ressalta o prefeito Carlos Pollo.

O prefeito destaca também a grande importância do trabalho integrado entre a Câmara dos



Dirigentes Lojistas, a comunidade local e a administração municipal. "Essa composição é

fator fundamental na planificação de receber bem o turista", diz o Pollo.



Serra Negra

Estância Hidromineral

**População estimada: 28.321
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,767**

Prefeito: Antonio Luigi Ítalo Franchi

A Estância Turística Hidromineral de Serra Negra encontra-se rodeada pelas montanhas da Serra da Mantiqueira, num cenário exuberante. A cidade alia a tranquilidade e qualidade de vida a uma boa estrutura turística, com grande rede hoteleira e diversas opções de bares e restaurantes.

O Turismo de Compras é o principal atrativo da cidade, que oferece variedades de produtos em lã, couro, linha, malha, artesanatos, sapatos, bolsas, cosméticos etc.

O Turismo Rural também pode ser praticado por meio de diversas propriedades, que cultivam café e produtos orgânicos. Também é possível acompanhar a fabricação de laticínios, vinhos e cachaças, que fazem da cidade Rota do Queijo e Vinho, sem esquecer das cachoeiras e lindas paisagens naturais.



Turismo de compras



Parque das Fontes

Socorro

Estância Hidromineral

População estimada :39.565

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM): 0,729

Prefeito: André de Souza Pinto

Entre as principais atividades econômicas de Socorro, estão o turismo, o comércio, serviços e a agricultura. A cidade oferece uma feira permanente de malhas, tricô e artesanato, muito procurada pelos turistas, que também podem praticar, além do Turismo de Compras, o Turismo Rural nas propriedades locais.

Socorro recebe cerca de 1,3 milhão de turistas por ano, os atrativos naturais da cidade convidam para a prática do Turismo de Aventura, entre as modalidades estão o rafting, boia-cross, canyoning, trilhas, mountain biking, trilhas de jeep, asa delta, trike, circuitos de arvorismo, tirolesas, rapel, parapáglider etc. No total, são 21 atrações, localizadas em sete parques privados, com completa infraestrutura de hospedagem e alimentação.

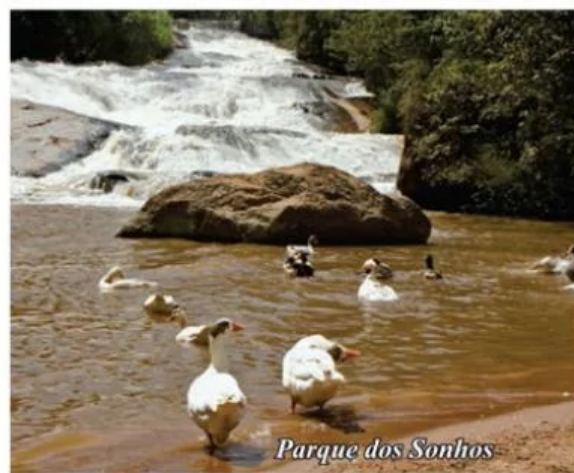
«Ao fazer parte do Circuito das Águas Paulista, entendo que estreitamos o relacionamento entre os municípios e transformamos a região forte dentro do Estado de São Paulo. Principalmente, porque cada município tem uma característica diferente da outra, tornando assim a região mais atrativa. Acredito que um dos pontos positivos é a distância entre as cidades, que é pequena, fazendo com que o turista possa até visitar as 09 cidades que integram o Circuito em um final de semana», ressalta Deise Formagio, chefe da Divisão de Turismo da Prefeitura de Socorro.



Museu Municipal



Deise Formagio, chefe da Divisão de Turismo da Prefeitura de Socorro



Parque dos Sonhos



Circuito das Flores

Beleza e tecnologia andam por aqui, o circuito inspirado na delicadeza das flores e no seu potencial econômico foi criado pelo Projeto de Lei n.º 573, de 2013, de autoria dos deputados Célia Leão e Cauê Macris.

O Circuito das Flores tem o objetivo de estimular o turismo na região, agregando o potencial mundialmente já conhecido de Holambra, na produção de flores, aos municípios circunvizinhos, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, que também têm participação direta na atividade, visando o crescimento do setor na região.

Para se ter uma ideia, somente a Expo-flora, maior feira de exposição de flores e plantas ornamentais da América Latina, que acontece em Holambra, recebe anualmente 300 mil visitantes vindos de todas as partes do Brasil. A feira movimenta a economia local em torno de R\$ 22 milhões.

Mas não são apenas esses números, que impressionam, metade das flores vendidas no mercado nacional saem das duas cooperativas de flores de Holambra. A Cooperflora, que soma 52 produtores e atende 400 clientes com uma produção semanal de 2 milhões de hastes. E a Cooperativa Veiling Holambra, que conta com 360 associados e 500 clientes, que participam de leilões diários para abastecer atacadistas e varejistas de flores de várias regiões, com um faturamento de R\$ 550 milhões em 2015.



Artur Nogueira

População estimada: 50.246
(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,749

Prefeito: Celso Capato

A cidade é marcada pela tranquilidade do interior e pelas muitas bicicletas que circulam na área central. Inserida na borda da bacia do Rio Jaguarí, Artur Nogueira tem como principal corpo d'água o Rio Pirapitiguingui, fazendo parte do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Com uma rica hidrografia, a cidade conta com quatro ribeirões, 20 córregos, muitas grotas e três represas dentro do perímetro urbano. O município possui ainda uma

grande quantidade de represas rurais, usadas para fins agrícolas, de irrigação, piscicultura e ornamentais.

Os turistas podem visitar vários pesqueiros, sítios com animais silvestres, a gruta, prédios históri-

cos, como a antiga Biblioteca Municipal, a Capela, o relógio da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, a Réplica da Estação Ferroviária e o Museu da Cidade, além da tradicional Feira da Cidade, famosa em toda a região.





Cosmópolis

População estimada: 66.807
(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,769

Prefeito: Antonio Fernandes Neto

Pertencente a Região de Campinas e a Região de Paulínia, o município de Cosmópolis é cortado por três rios, o Ribeirão Três Barras, o Rio Jaguari e o Rio Pirapitingui.

A cidade foi fundada na região do Funil, bairro de Campinas, em 1896 e ganhou autonomia em janeiro de 1945.

O nome do município deriva das palavras gregas cosmos (global) e polis (a cidade-estado grega), significando então "cidade do universo". O nome foi dado, devido às muitas nacionalidades dos primeiros habitantes do local, a maioria deles, imigrantes europeus.



Engenheiro Coelho

**População estimada: 18.611
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,732**

Prefeito: Pedro de Oliveira

Tendo entre as suas principais atividades econômicas a agropecuária e o comércio, Engenheiro Coelho não para de crescer. Além do grande avanço nas áreas, agrícola, industrial, serviços públicos e de infraestrutura, a cidade apresenta uma das maiores taxas de crescimento populacional da Região Metropolitana de Campinas (RMC). A cidade foi a que mais cresceu na RMC e a oitava no Estado de São Paulo.

Na agricultura, destacam-se a produção de laranja, de cana-de-açúcar, mandioca, hortaliças etc. O município também abriga indústrias de grande e médio porte. A composição do setor de ser-



viços é diversificada, com a maior participação a cargo das atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, assim como o comércio, que está em franco desenvolvimento.

Mantendo as características de cidade pequena e administrando ordenadamente seu crescimento, Engenheiro Coelho tem se destacado entre as cidades da região, sendo considerado um ótimo lugar para se viver.





Holambra

Circuito das Águas e das Flores

Estância Turística

População estimada: 13.375

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM): 0,793

Prefeito: Fernando Fiori de Godoy

Um pedacinho da Holanda no Estado de São Paulo, rico em qualidade de vida, esta é a encantadora Holambra, a única Estância Turística da Região Metropolitana de Campinas. A cidade também é reconhecida como a Capital Nacional das Flores por sua produção de flores e de plantas ornamentais, correspondendo a 50% do segmento no Brasil e assumindo a posição de principal exportadora para a América Latina.

A vocação para a agricultura foi trazida pelos imigrantes holandeses, que mantêm vivas as tradições de sua terra natal, que podem ser vistas na arquitetura, como no Moinho Povos Unidos, o maior moinho de vento da América Latina, nas casas, na gastronomia, no hábito de andar de bicicleta, nas festas tradicionais, nas danças etc. Tantos atrativos tornam a cidade um dos roteiros turísticos mais procurados

do Estado, em especial durante a Expoflora. Segundo Alessandra Caratti, diretora municipal de Turismo, os Circuito das Flores e das Águas, dos quais Holambra faz parte, são muito importantes para a discussão e execução de ações integradas voltadas ao fortalecimento e crescimento do setor. “A participação de Holambra nos Circuitos permitiu ao longo dos últimos anos, além da troca de experiências com outras estâncias e municípios de interesse turístico, a realização de projetos conjuntos de capacitação, divulgação, parcerias, participação em feiras setoriais e intercâmbio muito importantes para o desenvolvimento individual e coletivo do turismo em nossa cidade e região”.

Holambra recebeu mais de R\$ 5 milhões em novos investimentos nos últimos três anos para obras de infraestrutura turística. Esses recursos permitiram, além da revitalização das famosas praças da cidade, a criação de novos pontos de visitação. “Ao mesmo tempo, o município retomou e ampliou seu calendário oficial de eventos, oferecendo durante todo o ano inúmeras atrações voltadas a moradores e visitantes de todas as idades; e se dedicou à promoção de ações voltadas à consolidação da condi-



*Alessandra Caratti,
diretora de Turismo*

ção de referência em turismo no Estado. Esse trabalho, somado, permitiu que Holambra voltasse a ser, nos últimos anos, um dos roteiros turísticos mais concorridos de São Paulo”, diz a diretora de Turismo.



Santo Antonio de Posse

População estimada: 22.389

(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano

(IDHM): 0,702

Prefeito: Maurício Dimas Comisso

Conservando a tranquilidade das cidades do interior, Santo Antônio de Posse volta-se cada vez mais para a preservação da natureza e para o Turismo Ecológico.

É na Praça da Matriz, onde os moradores costumam passear e prestigiar muitos eventos que acontecem ao longo do ano.

A Comunidade João Batista, conhecida como Comunidade do Barreiro, também se destaca, entre os



Igreja Matriz

locais mais queridos dos agricultores de Santo Antônio de Posse. Desde 2005, a comunidade é responsável pela Igreja de São João Batista e recebeu uma série de melhorias em torno

de sua igreja. Entre elas, um grande espaço de lazer foi construído com tanque, gramado e árvores para receber os visitantes e os moradores em festas e eventos.





Circuito das Frutas

Um roteiro que une sabor e belas paisagens, onde é possível visitar produtores rurais, descobrir os segredos artesanais da produção de queijos e vinhos e ainda participar de feiras e festas dedicadas às frutas, como morango, uva, figo, acerola, goiaba, pêssgo, e entre outras é a proposta do Circuito das Frutas.

Criado em 2002, com o objetivo de estimular o turismo rural, integrando municípios produtores de frutas e de produtos rurais.

Fazem parte desse circuito dez cidades, localizadas no Sudeste do Estado de São Paulo, que tem em comum a forte presença da fruticultura, em suas economias, são elas: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo.

Estas produzem cerca de 236 mil toneladas de frutas ao ano, o que corresponde a 40% da produção nacional.

O Circuito das Frutas atrai anualmente cerca de 240 mil turistas, oferecendo inúmeras opções de passeios, que incluem festas tradicionais e o contato com a vida rural.

Tudo, em meio a uma boa estrutura hoteleira, com diversas opções de pousadas, hotéis, restaurantes etc.

Atibaia

Estância Hidromineral

**População estimada: 137.187
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
(IDHM): 0,765**

Prefeito: Mario Inui

Atibaia é uma cidade, que sabe receber bem seus visitantes, rica em diversidade ecológica e infraestrutura hoteleira com mais de 5 mil leitos, o município encanta seus turistas.

A cidade é drenada pelo Rio Atibaia, e possui Unidades de Conservação Ambiental, criadas por Lei Estadual e conhecidas como Áreas de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira e do Bairro da Usina, além de outras áreas protegidas como o Tombamento da Serra do Itapetinga, o Parque Municipal da Grota Funda e mais recentemente a APA Municipal



das Várzeas do Rio Atibaia. Outros destaques são Parque Estadual de Itapetinga e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande.

Uma das atrações é o Turismo Rural, que oferece passeios a antigas propriedades e passeios de cavalo. Uma ótima oportunidade para conhecer de perto as fazen-



Casa Julia Ferraz



Parque Edmundo Zanoni

das, que trabalham com produtos orgânicos e naturais. Plantações de morango, a fruta mais cultivada no município, flores e orquidários também fazem parte do roteiro.

As festas tradicionais relacionadas às frutas também não podem faltar, entre elas estão: a Festa do Morango de Atibaia e Jarinu (junho/julho) e Festa de Flores e Morangos (setembro).

Indaiatuba

População estimada: 231.033
(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,788

Vice-prefeito: Antônio C. Pinheiro

Com um polo industrial desenvolvido e composto por grandes indústrias, Indaiatuba destaca-se também pela produção de uva Niágara, sendo um dos maiores produtores do Estado.

O município também produz caqui, atemoia, milho, morango, acerola e destaca-se na cultura de cana-de-açúcar.

O Sítio Bela Vista faz parte do Polo Turístico do Circuito das Frutas, com a produção e comercialização de acerola orgânica. Já no Sítio São José é possível encontrar morango, café e milho.

No bairro da Helvetia está a comunidade suíça, famosa pela Festa da Tradição, que acontece anualmente. Indaiatuba também é famosa pela Festa das Nações Unidas, que reúne pratos típicos, música



ca e dança. Entre as festas tradicionais relacionadas às frutas destaca-se a Festa das Frutas e Hortaliças, que acontece no mês de abril.

O Secretário de Desenvolvimento e Turismo, Renato Stochi ressaltou que a importância do Circuito das Frutas para Indaiatuba está principalmente na divulgação da cidade.

“A marca Circuito Frutas já se consolidou no mercado tendo mais de 10 anos, além do apoio do

Governo do Estado de São Paulo. Nossa cidade tem desenvolvido infraestrutura cada vez melhor para atender os turistas tanto nas áreas públicas como privadas.

Através da participação em Feiras Turísticas tradicionais no stand do próprio governo de SP, através de materiais confeccionados pelo Circuito das Frutas também atingimos um grande público que busca conhecer a região e a cidade”, diz Stochi.



Itatiba

**População estimada: 113.284
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,778**

Prefeito: João Gualberto Fattori

Itatiba é uma cidade, se que desenvolve a cada dia, sem perder suas tradições. Na cidade, o moderno e o histórico convivem em harmonia. A economia do município tem forte influência da indústria e do setor moveleiro, reconhecido internacionalmente por sua qualidade e estilo.

Na agricultura o destaque é para os hortifrutigranjeiros, em especial para a produção de caqui, fruta que levou Itatiba a fazer parte do Pólo Turístico do Circuito das Frutas. Entre as festas que integram o Circuito, está a Festa do Caqui e Cia em parceria com a Casa da Agricultura.

O roteiro rural inclui opções



Parque Ferraz Costa

como Fazendinha Cheiro de Mato, Rancho Mombuca, Sítio São José,

Shamballah, Centro Mandala e Fazenda Pereiras.



Itupeva

**População estimada: 54.128
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,762**

Prefeito: Ricardo Bocalon

Itupeva destaca-se pela produção de uvas, morangos e pêssegos. A cidade conta com uma extensa área rural e produz também mel e cachaça.

Não há favelas na cidade, que está em constante desenvolvimento. A implantação do Distrito Industrial e a extensão do gasoduto, prometem atrair mais empresas para Itupeva.

O município também tem potencial para o desenvolvimento



de atividades econômicas atreladas aos parques temáticos e ao Turismo de Lazer. Os belos atrativos naturais e as inúmeras fazendas possibilitam o desenvolvimento do Turismo Ecológico e Rural. Este tem como destinos principais

o Apiário Nona Emília, Sítio Sassafráz, Sítio Santa Vitória, Quinta Nossa Senhora Aparecida e Engenho Nica Preta.

Já a festa mais tradicional, relacionadas às frutas é a Expo Uva, que acontece em dezembro.



Parque Aquático

Jarinu

População estimada: 27.473

(IBGE 2015)

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,733**

Prefeito: Vicente C. Teixeira Filho

Jarinu faz parte do Pólo Turístico do Circuito das Frutas, tendo o pêssego como a fruta mais cultivada. Outros produtos que se destacam são os morangos, poncãs, laranjas, ameixas e uvas. A cidade também produz vinho e cachaça artesanais.

Mas não são somente frutas, que são produzidas em Jarinu. Na cidade, encontra-se a fábrica de automóveis Chamonix, produtora de réplicas de modelos antigos da marca alemã Porsche.

A secretária de Turismo, Edilmara Grande enfatiza que o Circuito das Frutas tem a função de valorizar os atrativos das 10 cidades que fazem parte dele, além dos produtores e os empreendimentos de turismo rural como a produção de frutas, vinhos artesanais, cachaças, geleias, compotas e outras iguarias.

Para receber bem aos turistas a Prefeitura de Jarinu, junto com a Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, vem realizando diversos atrativos para atrair os visitantes.



Igreja Matriz



Museu Terra Brasil

“Entre eles, feiras e exposições de artesanatos, quadros, fotos e esculturas; workshop, festival de orquídeas, arte e música na praça, cavalgada, passeios ciclísticos, sem contar com as festas tradicionais como o Carnaval, que é referência como o melhor Carnaval de rua da região; comemoração do aniversá-

rio da cidade, final de semana cristão, festa junina na praça central e nos bairros, a festa do morango de Atibaia e Jarinu e a do Pêssego. A festa de fim de ano foi implantada recentemente e que acontece na praça central, com mesa de frutas e queima de fogos”, enumera a secretária.

Jundiaí

**População estimada: 401.896
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,822**

Prefeito: Pedro Bigardi

Jundiaí é conhecida como a “Terra da Uva”, devido a sua tradição de mais de 30 anos na produção da uva Niágara rosada. A cidade ocupa a posição de maior produtora dessa uva país e produz também pêssego, morango, caqui etc.

As Festas do morango, da Uva e da Colônia Italiana atraem muitos visitantes. O turismo rural tem como roteiro a Fazenda Ribeirão, Fazenda Nossa Senhora da Conceição, Adega Beraldo di Cale, Villa Brunholi, Sítio São Lázaro, entre outros.

Onde se encontra é o atual espaço da Festa Della Colonia Italiana, está guardado a história de um dos períodos mais importantes da imigração italiana em Jundiaí, que está registrada em livros e documentos históricos e ainda faz parte da memória

das famílias dos descendentes dos imigrantes.

O município também se destaca por suas belezas naturais, em especial pela Serra do Japi, patrimônio ambiental do Estado.



Jardim Botânico



Museu do Vinho





Louveira

População estimada: 2015

(IBGE): 43.882

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,777**

Prefeito: Nicolau Finamore Júnior

Louveira destaca-se no Brasil todo pela qualidade de suas frutas, em especial da uva Niágara Rosada, responsável por 60% da produção do município, seguida do caqui e outras culturas, porém com menos representatividade, como goiaba, pêssego e morango.

O Agroturismo também é forte no município com roteiros que levam o turista a conhecer mais sobre as atividades agropecuárias, agroindustriais e também as artesanais, desenvolvidas nas pequenas propriedades familiares. Entre as festas tradicionais do Circuito das Frutas estão a Festa da Uva e Expo Caqui.

O município tem dado apoio aos atrativos turísticos com treinamen-

tos para a recepção do turista, realização de cursos gastronômico e ações de divulgação em mídias sociais e mala direta para divulgação da Festa da Uva para captação de grupos de excursões e visitantes para o evento.

O Circuito das Frutas também contribuiu na propagação do desti-

no "Louveira", participando e divulgando a região nas principais feiras de turismo do Estado e no lançamento de duas edições de revista do segmento com 20 mil exemplares. A maior parte dos empreendimentos turísticos do município já tem um fluxo de visitantes e clientes fidelizados.



Festa da Uva

Morungaba

Estância Climática

**População estimada: 12.934
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,715**

Prefeito: José Roberto Zem

Localizada em meio a colinas na Serra das Cabras, está a bela Estância Climática de Morungaba. A cidade produz maracujá, uva, figo, laranja e pêssego e é famosa por suas tradicionais compotas, doces e temperos.

O município oferece às turistas belas paisagens, além de lojas de doces, frutas e cachaças artesanais e trilhas de bicicleta. Entre as atrações turísticas, estão o Cruzeiro, Morungaba Equestre, espaço cultural, o Rio Jaguari e o parque ecológico.

“O Circuito das Frutas desenvolve projetos que alavancam o turismo nas cidades participantes. Fazer parte deste circuito é impor-



tantíssimo, pois as 10 cidades que o compõem se uniram em prol de melhorias nas áreas de fruticultura e do Turismo Rural.

São projetos que englobam tanto o potencial econômico dos municípios participantes como colaboram com a preservação da cultura regional. Também auxiliam os prefeitos em pleitos junto às secretari-

as de Estado que seriam difíceis de se conseguir individualmente”, destaca o prefeito de Morungaba, Beto Zem.

Nos últimos 7 anos, a cidade tem trabalhado para atrair os turistas. “Passamos por etapas de adequação da cidade e neste quesito temos a reestruturação de todo o centro da cidade, com a criação de espaços de convivência. Além disso, foi construído o recém-inaugurado Teatro Fioravante Frare, a Tenda Encantada, que é um espaço para shows e as reformas das Praças dos Italianos e dos Imigrantes, com das fontes e chafarizes luminosos e também a Iluminação Artística do nosso portal natural, o Túnel de Bambu.

Tudo isso tornou Morungaba uma cidade mais aconchegante, tanto para o morador, quanto para o turista que nos visita. Paralelamente, buscamos parcerias com instituições do Sistema S, como SENAR, SEBRAE, etc., visando capacitar os setores do município voltados para o turismo. Literalmente, mudamos a “cara” de Morungaba”, resume o prefeito.





Valinhos

**População estimada 120.258
(IBGE 2015)**

**Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,819**

Prefeito: Clayton Machado

Conhecida como a Capital Nacional do Figo Roxo, Valinhos é a maior produtora de goiaba de mesa do país. Segundo o Departamento de Agricultura da Prefeitura de Valinhos, a cidade produz 2,5 milhões de caixas de figo por ano e 5 milhões caixas de goiaba, sendo que 30 e 5%, respectivamente, vão para exportação. São 95 produtores de figo e 200 de goiaba, que ocupam uma área de 645 hectares de cultivo.

Na economia, Valinhos destaca-se na RMC com grandes empresas e atividades produtivas de alta tecnologia nas áreas de plásticos, embalagens de papel e papelão, metalurgia, informática, microeletrônica.

O agroturismo ganha força na cidade, sendo praticado principalmente na região dos bairros da Reforma Agrária, Macuco e Capivari, por meio de mais de 400 chácaras produtoras de frutas, nas quais é

possível conhecer além da produção de frutas, a produção de doces, vinhos e licores. Uma das festas tradicionais relacionadas ao circuito das frutas é a Festa do Figo, que acontece em janeiro.

O secretário de Cultura e Turismo de Valinhos, André Reis lembra que Valinhos foi uma das primeiras cidades a ter uma propriedade inteiramente preparada para receber turistas, o Sítio Kusakariba, na região do Macuco, Reforma Agrária e Capivari. Este sítio acabou virando modelo e case para toda região.

“O Circuito das Frutas é de grande importância para nosso programa de Agroturismo, através dele podemos dar conhecimento a milhares de paulistas e paulistanos sobre nossas riquezas, especialmente o Figo e a Goiaba. Destacamos nosso potencial turístico, com as belas paisagens da região agrícola, como a da Serra dos Cocais (potencial para ecoturismo). Hoje, temos uma excelente rede hoteleira que foi complementada em maio com a chegada do Blue Tree. Estamos melhorando nossa sinalização turística. Nosso principal projeto está no Agroturismo que referenda as tradições de Valinhos junto à colônia italiana e japonesa



Festa do Figo

e temos também trabalhado para que nosso turismo receptivo corresponda à expectativa de nossos visitantes não apenas durante a Festa do Figo e Expogoiaba, que acontecem em janeiro”, destaca o secretário de Turismo.



Vinhedo

População estimada 72.550
(IBGE 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal (IDHM): 0,817

Prefeito: Jaime Cruz

A charmosa e bem desenvolvida cidade de Vinhedo é formada por ruas e avenidas arborizadas, jardins, praças, ótimos restaurantes, uma excelente infraestrutura, grandes empresas, diversas opções de lazer e condomínios residenciais de alto padrão.

Uma das mais tradicionais festas da cidade é a Festa da Uva (que acontece em fevereiro), fruta mais cultivada em Vinhedo. A tradição foi herdada dos imigrantes italia-



nos, que celebravam a colheita dos frutos ao som de músicas tradicionais e muita alegria. Oficialmente, a primeira Festa da Uva aconteceu na Praça Sant Anna, em 1948. Em 2009 a Festa da Uva agregou a Festa do Vinho e em 2016 foi incorporada ao calendário de eventos para também valorizar o cultivo e a produção de suco e de vinho das famí-

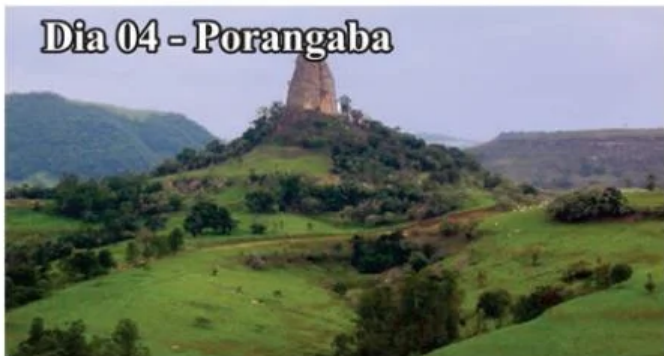
lias vinhedenses, sendo celebrada no Parque Municipal Jayme Ferragut.

O roteiro turístico da cidade tem como atrações o Mosteiro Beneditino de São Bento, e o Memorial do Imigrante. Já quando o assunto é o Turismo Rural, o Sítio Morada do Sol, Sítio Frediani, Alambique Andretta e Chácara Alvorada são os destinos mais procurados.

Junho

Dia 03 - Águas da Prata

Dia 04 - Porangaba



Porangaba nasceu em meados do século 18 e era caminho de tropeiros, que iam de Botucatu a Sorocaba. A região era usada como ponto de parada para o descanso dos desbravadores, antes de enfrentarem a longa jornada. A constante ida e vinda das tropas fez com que surgissem os primeiros comércios locais, dando origem a um vilarejo, que se desenvolveu e transformou-se em município no ano de 1928.

Dia 06 - Osvaldo Cruz

Dia 08 - Arujá



Arujá surgiu de uma antiga povoação, que era usada como caminho pelos tropeiros, que desbravavam a floresta no sentido Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. De origem tupi, Arujá significa "abundantes de peixinhos barrigudinhos ou guarus". Com a descoberta do ouro no local, a cidade se desenvolveu e entre 1959 e 1960 foi elevada a município.

Dia 13 - Adamantina

Dia 13 - Cordeirópolis



Antes de se tornar município, Cordeirópolis estava dividido em grandes propriedades rurais. A partir de 1817, o Governo de São Paulo começou a oficializar as posses, fazendo surgir a Fazenda Ibicaba, a Sesmaria do Cascalho, entre outras. A cultura cafeeira trouxe desenvolvimento para a região. E anos mais tarde, a criação de um pequeno parque industrial voltado para o aproveitamento da seda fez surgir um novo ciclo de desenvolvimento, que culminou na emancipação da cidade em 1948.

Dia 13 – Coroados
Dia 13 – Guaratinguetá
Dia 13 – Junqueirópolis
Dia 13 - Macatuba
Dia 13 - Marinópolis
Dia 13 - Martinópolis
Dia 13 – Mirassolândia
Dia 13 - Ocaçu
Dia 13 – Paraibuna
Dia 13 - Pradópolis
Dia 13 - Quatá
Dia 13 - Rancharia
Dia 13 - Santo Antônio da Alegria
Dia 13 - Santo Antonio de Posse
Dia 13 - Santo Antônio do Aracanguá
Dia 13 - Santo Antonio do Pinhal
Dia 13 - Suzanópolis
Dia 13 - Urânia

Dia 13 - Taiuva



Taiuva surgiu com o avanço da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na rota de Jaboticabal e Barretos. Muitos dos trabalhadores e engenheiros da ferrovia passaram a utilizar um armazém local para fazer as suas compras, o que ajudou a desenvolver o povoado. Em 1907, a cidade já contava com mil habitantes, 200 casas, numerosas fazendas de café, várias máquinas de beneficiar café e arroz, quatro hotéis, duas farmácias, dois médicos e um cirurgião-dentista e a estação da Companhia Paulista era a mais movimentada da região.

Dia 15 - Piquete

Dia 16 - Piracaia

Dia 16 - Bariri

Dia 16 - Salto

Dia 17 - São Manuel



A cidade de São Manuel nasceu em terras doadas pelos alferes Manoel Gomes de Faria e dona Delfina Carolina Gomes, Antonio Joaquim Mendes e dona Sinhorinha Rosa da Conceição, para o patrimônio da Capela de São Manuel. O povoamento do local aconteceu antes de 1850 e a data de sua fundação é de 1870.

Dia 18 - Bastos

Dia 19 - Ribeirão Preto

Dia 21 - Analândia

Dia 21 - Cedral

Dia 21 - Iacri

Dia 23 - Jacupiranga

Dia 24 - Alto Alegre



Alto Alegre tem suas origens em 1929, época em que moradores do Bairro do Paraguai cultivavam terras na região do atual Bairro Esperancin e Bairro da Cigarra, situados ao extremo sul do município. O que fez surgir em 1930, o primeiro estabelecimento comercial de secos e molhados no local. Outros comerciantes vieram logo depois, dando origem a um povoado, que se desenvolveu e conquistou a sua autonomia em 1953.

Dia 24 - Américo de Campos

Dia 24 - Atibaia



Atibaia se originou do sítio Atibaia, o local era rota de descanso para os bandeirantes. Entre seus primeiros moradores, está o bandeirante Jerônimo de Camargo, que se fixou na região, fundando uma fazenda de gado e construindo uma pequena capela sob a invocação de São João Batista. A capela foi inaugurada no dia 24 de junho de 1665, data escolhida para marcar a fundação do município.

Dia 24 – Balbinos
 Dia 24 – Clementina
 Dia 24 – Gastão Vidigal
 Dia 24 – Ibaté
 Dia 24 – Iepê
 Dia 24 – Joanópolis
 Dia 24 – José Bonifácio
 Dia 24 – Lucélia
 Dia 24 – Mirandópolis
 Dia 24 – Nhandeara
 Dia 24 – Populina
 Dia 24 – Rio Claro
 Dia 24 – Salto de Pirapora
 Dia 24 – Santa Albertina
 Dia 24 – Santa Fé do Sul
 Dia 24 – São João da Boa Vista
 Dia 24 – São João das Duas Pontes
 Dia 24 – São João de Iracema
 Dia 24 – São João do Pau D'alto
 Dia 27 – Lavrinhas



Dia 28 - Regente Feijó

A implantação da Estrada de Ferro Sorocabana fez com que pequenos povoados surgissem ao redor das estações ferroviárias, dedicados à cafeicultura até 1937, passando depois ao cultivo do algodão, amendoim e à pecuária. Grande parte das terras foi adquirida pela Companhia Industrial Mercantil e Agrícola - CIMA, que encarregou o Capitão Francisco Whitaker, antigo morador local, a efetuar o loteamento do patrimônio adquirido. Junto com os agricultores Antônio e Augusto Vieira e Joaquim Lúcio, Whitaker fundou, em 1922, um povoado ao longo da Ferrovia, dando-lhe o nome de Regente Feijó.

Dia 29 - Lucianópolis
 Dia 29 - Monte Azul Paulista
 Dia 29 - Morungaba
 Dia 29 - Nova Canaã Paulista
 Dia 29 - Nova Luzitânia
 Dia 29 - Paulicéia
 Dia 29 - Ubarana



Dia 30 - Guarujá

Foram os exploradores portugueses André Gonçalves, Américo Vespúcio e suas armadas, que visitaram a cidade de Guarujá pela primeira vez, no dia 22 de janeiro de 1502. Contudo, a difícil topografia e a hostilidade indígena fizeram com que a região ficasse quase esquecida por mais de 300 anos. Aos poucos a atividade de extração de óleo de baleia, a pesca e alguns engenhos de açúcar passaram a se desenvolver no local, fazendo surgir um pequeno povoado, que não parou mais de se desenvolver. Até que no ano de 1947, Guarujá passou a ser considerado município devido ao seu crescimento contínuo.

Julho

Dia 01 - Assis



Dia 04 - Ibitinga

No final de 1842 diversas famílias mineiras chegaram até a confluência dos córregos Saltinho e São Joaquim, a região foi dividida entre o clã, para que fosse mais bem cultivada. A Miguel Landim coube a área entre o Córrego São Joaquim e o Córrego Água Quente, onde foi formado o povoado da "Capela da Água Quente", acredita-se, que o ano da fundação seja 1860. No dia 03 de outubro de 1870, Miguel Landim e sua esposa Ana Custódio de Jesus, doaram à Mitra Diocesana o patrimônio onde se formou a Vila de Ibitinga.

Dia 04 - Santa Isabel
 Dia 04 - Tanabi
 Dia 05 - Fernando Prestes
 Dia 10 – Bananal
 Dia 10 – Capivari
 Dia 10 – Pindamonhangaba



No século XIX, à beira do riacho Tijuco Preto, os tropeiros que iam ao interior de São Paulo, faziam pousada na casa de uma família de lavradores, cujo chefe chamava-se Pedro, passando a chamar o local de Pouso do Rio das Pedras. Entre 1870 e 1871, a Estrada de Ferro Ituana estendeu seus trilhos até Piracicaba, cortando a região de Rio das Pedras. Após esse período, com a ajuda da cafeicultura, o local se desenvolveu e foi elevado a município em 19 de dezembro de 1894.



A fundação de Andradina foi idealizada, em 1932, pelo fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, considerado o maior criador de gado do Brasil, conhecido como Rei do Gado. Ele conseguiu trazer para a região um novo ramal ferroviário, a Variante, entre as estações de Araçatuba e Três Lagoas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Graças a isso, foram criados vários povoados ao redor da linha férrea, que depois transformaram-se em cidades, nascia Andradina.



Campinas tem suas origens na primeira metade do século XVIII, como um bairro rural da Vila de Jundiá. Localizado nas margens de uma trilha aberta por paulistas do Planalto de Piratininga entre 1721 e 1730. O povoamento do "Bairro Rural do Mato Grosso" teve início com a instalação de um pouso de tropeiros. O pouso das "Campinas do Mato Grosso" impulsionou o desenvolvimento de várias atividades e promoveu a maior concentração populacional da região. O bairro rural do Mato Grosso transformou-se na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (1774); depois, em Vila de São Carlos (1797), e finalmente na cidade de Campinas (1842).

- Dia 16 - Jaboticabal**
- Dia 19 - Turiúba**
- Dia 21 - Boa esperança do Sul**
- Dia 24 - Itatinga**
- Dia 25 - Aguas de São Pedro**
- Dia 26 - Areias**
- Dia 26 - Sumaré**
- Dia 27 - Agudos**
- Dia 27 - Jardinópolis**
- Dia 27 - Pitangueiras**
- Dia 27 - Agudos**



As origens do município de São José dos Campos são do final do século 16, quando se formou a Aldeia do Rio Comprido, fazenda jesuítica que usava a atividade pecuarista para evitar incursões de bandeirantes. Em 1611, uma lei que regulamentava os aldeamentos indígenas, fez com que parte dos religiosos fossem expulsos do local. Mas eles voltaram anos mais tarde, estabelecendo-se em uma planície a 15 quilômetros de distância, onde hoje está a Igreja, dando origem a cidade.

- Dia 28 - Cristais Paulista**
- Dia 28 - São Caetano do Sul**
- Dia 29 - Porto Ferreira**



Uma história de paixão

Faz muitos anos, numa cidadezinha do interior de São Paulo, um moço tinha uma namorada. Era o bom tempo dos encontros na pracinha, dos bailecos, das canções de Nat King Cole. Uma tarde, num banquinho ao lado do coreto, em frente da matriz, o rapaz diz pra moça:

– Olha, querida, nossa cidadezinha é maravilhosa, mas ficou muito pequena pra mim. Vou mudar.

– Mudar? – Ela empalidece – Mudar pra onde?

– Uma cidade maior – ele vagueia – talvez a capital do Estado, talvez o Rio de Janeiro... O fato é que não posso ficar aqui. Não vejo perspectivas de futuro...

– Mas e nós, querido, e nós?

– Não se preocupe – ele acaricia os cabelos dela – assim que estiver bem de vida venho te buscar. Vou ficar rico. Juro a você, por tudo quanto é mais sagrado, que vou ficar rico.

– Mas eu não sei se aguento...

– A menininha cai num choro convulsivo.

– Tenha calma – ele murmura, contendo o nervosismo – as pessoas estão olhando...

– Não posso, não posso... Vou com você, tenho que ir com você.

Meio assustado, o camarada concede:

– Ok, você irá comigo. Amanhã.

Imediatamente uma luz tomou conta do rosto da fulaninha. Só que, naquela mesma noite, na maior moita, o sujeito se mandou. No último trem.

Esta cena, até com lances patéticos, como disse no começo, aconteceu há muito tempo. E o fugitivo, se assim pode ser chamado, realmente ficou muito bem de vida, tendo se instalado em Brasília quando a cidade ainda estava deslanchando.

Agora, façamos um corte, para chegar a dias recentes, com nosso per-

sonagem, milionário, a assinar papéis no seu vasto escritório. De repente toca o telefone, uma das secretárias atende e ele, sem perguntar quem era, dá o alô. No outro lado da linha uma voz de mulher se identifica como sendo a antiga namorada.

– Ora, ora – o sujeito até que teve jogo de cintura – há quanto tempo...

– Mais de três décadas – a criatura suspira.

– Tudo isso? Puxa... E então, o que você tem feito?

– Bem – a dona vacila – na verdade durante muitos anos o que mais me perguntava era o que tinha acontecido de você.

– E...

– E como você acabou ficando célebre, com nome em jornais, hoje sei tudo sobre a sua vida.

– Isso me alegra.

– A mim também. Até porque precisamos ter uma conversinha...

– Conversinha? – O tom do camarada se altera um pouco, com a palavra que poderia conter muitos significados.

– Bem – a mulher permanece firme – você, naquele dia, me deixou em casa afirmando que me pegaria no dia seguinte, para irmos embora. Estou esperando até hoje...

– Ora – nosso herói busca as palavras – isso faz tantos anos. E o tempo, acho que você sabe, a tudo apaga. Dizem que ele é o senhor da razão, não é mesmo?

– Engano seu.

– Como engano meu?

– Na verdade muitas coisas ficaram pendentes, e espero ir à Brasília para conversar com você.

Nessa altura a importantíssima figura treme nas bases. Argumenta que era um homem casado, com vários filhos e que poderiam tratar ali mesmo, pelo telefone, sobre as tais

pendência que ela havia falado.

– Negativo! – A dona se mantém firme – Quero te ver. Pessoalmente.

– Escuta – ele retoma a segurança de empresário mais que próspero – se o caso é dinheiro, não há problema.

– Absolutamente, não quero nada seu. Nossas contas são totalmente outras. Vou à Brasília nos próximos dias, pode me esperar.

– Você tem certeza que está agindo lucidamente?

– Pode ter certeza. A menininha ingênua que você encontrava na praça, meu caro, morreu há muito. Até qualquer hora.

Ao desligar o sujeito se encontrava em quase pânico. Ver-se vítima de um escândalo absolutamente extemporâneo na sua condição de frequentador assíduo até da casa do presidente da República, realmente não ficava nada bem. Por isso, naturalmente, tratou de tomar precauções. Que, todavia, acabaram por ser relaxadas na medida em que o tempo foi passando sem que nada acontecesse. Nosso herói chegou a pensar que estava se preocupando com bobagens.

Até que, de repente, numa bela manhã, ele dá de cara com a antiga namorada, agora uma senhora até bonita, aboletada na sala de espera do seu riquíssimo escritório. Em companhia dela um sujeito enorme, nunca menos de um metro e noventa.

– Céus – o milionário recua – não precisava trazer alguém, um guarda costas para me bater!

– Mas que te bater? Que guarda costas? – A dona sorri – Esse é apenas o Edmilson, teu filho, que trouxe para conhecer o pai.

– Meu filho? – O fulano arregala os olhos.

– Exatamente – a mulher seguia sorrindo – talvez nem precise de DNA para ele herdar um bom pedaço do que você tem aqui. Há até apartamentos em Nova York, Miami e Paris, não é isso?

Era. E o súbito pai olhava para todos os lados, menos para o rebento, sem saber o que fazer...

**Alunos e
professores
de todo o Brasil
já sabem.**

**Com o
Aprende Brasil, a
Educação evolui.**

Geiz

10 anos

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil



**EDITORA
POSITIVO**

Aprende Brasil. Uma parceria que dá resultado.

O nível da qualidade de vida em seu município começa pela Educação. Pensando nisso, a Editora Positivo desenvolveu o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Um conjunto completo de soluções educacionais pensadas para contribuir com o desempenho no IDEB. Conte com a nossa parceria e gere melhores resultados nas escolas e em toda a comunidade.

CONHEÇA OS BENEFÍCIOS QUE O APRENDE BRASIL OFERECE:

- Livro Didático Integrado – também em versão digital
- Ambiente Digital Aprende Brasil
- Assessoria Pedagógica
- SIMEB – Para a gestão educacional do município
- hábile – Sistema de Avaliação Positivo

Para ser um parceiro do Aprende Brasil ligue 0800 724 15 16
ou acesse editorapositivo.com.br/aprendebrasil

Entre em contato conosco e conheça também
nossa solução para a educação em tempo integral.





Desde 1948 em
prol dos municípios

ATUAÇÃO

A APM tem cumprido seu papel político na sociedade como entidade suprapartidária, assessorando prefeitos (as), vice-prefeitos(as) e vereadores(as), em alto nível nas questões técnico-administrativas e jurídicas, na organização dos serviços públicos, na sistematização das ações dos Conselhos Municipais e, principalmente, na defesa dos interesses dos Municípios diante dos Poderes Executivo e Legislativo, da União e do Estado, na busca pela emancipação política e financeira.

Em resumo, cumpre os seus dois grandes objetivos que são: a defesa da ideologia municipalista e o aprimoramento técnico dos responsáveis pela gestão pública municipal.

Congresso realizado na cidade de Serra Negra - SP



f: (11) 2165-9999



FALE COM A APM
Rua Manoel da Nóbrega, 2010 - Paraíso
São Paulo - SP | Cep: 04001-006

www.apaulista.org.br

[f /associaopaulistademunicipios](https://www.facebook.com/associaopaulistademunicipios)

[t /apaulistasp](https://twitter.com/apaulistasp)

[i /apaulista](https://www.instagram.com/apaulista)